

Sistema

n

f

o

r

m

a

ç

ã

o

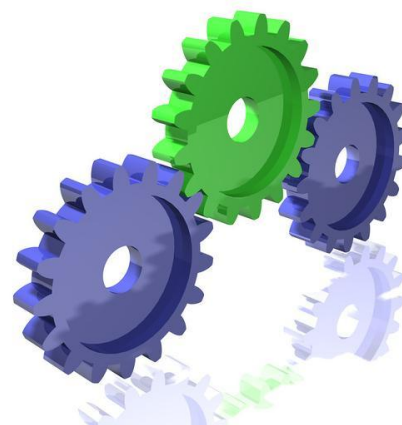


CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL
MACEDO DE CAVALEIROS

2009



Ficha Técnica



Sistema de Informação 2009

Estudo das Respostas/ Equipamentos Sociais 2009

Coordenação:

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros/ CLASMC

Autoria:

Ricardo Bernardo - Sociólogo

Co-autoria:

Sílvia Garcia – Vereadora da Câmara Municipal de MC

Salomé Caturna – Animadora do CLASMC



Apresentação do Núcleo Executivo

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Jardim 1º de Maio

5340-201 Macedo de Cavaleiros

Telefone: 278420420 Fax: 278426243

www.cm-macedodecavaleiros.pt

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCATIVO

Vereadora em Regime de Tempo Inteiro: **Sílvia Ferreira Garcia**

E-mail: silvia.scferreira@gmail.com

Núcleo Executivo/Equipa de Animação:

E-Mail: cmmcredessocial@gmail.com

Instituição	Representante	Função
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Salomé Caterna Ricardo Bernardo	Animadora do CLASMC Sociólogo
CD de Segurança Social de Bragança / Equipa de Acção Social de Macedo de Cavaleiros	Isabel Vilarinho	Técnica da Equipa Local de Acção Social
Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros	Adelaide Baptista	Coordenadora do Centro de Saúde
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Alfredo Castanheira Pinto Sandra Pereira	Provedor Psicóloga
Centro Social e Paroquial de Talhas	Andreia Correia	Directora Técnica

Agradecimentos

A Equipa de Animação do CLASMC reconhece, de modo geral, a todos aqueles que cederam os dados e ajudaram a interpretar a informação compilada.

Agradece ainda, de forma particular, às pessoas/entidades que não sendo parceiras do CLASMC, contribuíram para a dinâmica e consecutiva operacionalização do Sistema de Informação através da cedência dados.

Uma operação de recolha de informação desta natureza e dimensão, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, tem sempre e inevitavelmente erros associados, que importa avaliar e quantificar para aferir do rigor da informação produzida.

Neste sentido, o Núcleo Executivo agradece os comentários e sugestões que permitiram melhorar o conteúdo e a apresentação deste trabalho de actualização do diagnóstico concelhio a todos os parceiros do CLASMC.

Sumário Executivo

O “**Sistema de Informação (SI)**”, enquadrado pelas cláusulas técnicas e procedimentos metodológicos previamente estabelecidos, pretende não só encorpar uma actualização dos resultados de 2009, mas também **colocar a informação pertinente para a actualização do diagnóstico social do concelho, mais próxima das pessoas e das Entidades que constituem ou não o CLASMC, prestando-lhes assim, um serviço de qualidade.**

O presente Sumário Executivo, não pretendendo substituir os desenvolvimentos mais detalhados do Sistema de Informação, procura sintetizar as principais conclusões que resultaram do trabalho desenvolvido, organizando-se a partir dos temas visados e partes de análise deste exercício avaliativo.

Este Sumário apresenta assim as **opções estratégicas para a construção do SI 2009 do CLASMC** e as diferentes partes que o compõem, sendo designadamente:

1. A primeira parte, onde se procede a uma introdução, na qual se apresenta o enquadramento teórico do SI e a sua metodologia;
Apresentam-se ainda os dados relativos às medidas/políticas sociais implementadas no concelho, por áreas e dados estatísticos;
2. Numa segunda parte, faz-se a apresentação do “**Estudo das Respostas/equipamentos sociais no concelho 2009**”;
3. Por último, apresentam-se os anexos, nomeadamente, as medidas de política social e as Respostas/ equipamentos sociais não implementados no concelho.

Referimos ainda que o SI pretende colocar à disposição das pessoas um conjunto de indicadores que de forma acessível, permitam traçar um **retrato alargado da realidade concelhia** nas seguintes áreas:

1. **TERRITÓRIO;**
2. **AS PESSOAS;**
3. **AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS;**

4. AS INSTITUIÇÕES.

A disseminação do produto final será efectuada, em formato digital, ficando disponível nos sites da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e do ISS, I.P., na área da Rede Social, procurando-se tornar a divulgação do SI:

- Mais acessível, rápida e fácil de consultar;
- Menos dispendiosa;
- E mais amiga do ambiente.

A divulgação do SI 2009 é um elemento fundamental, para motivar os parceiros/pessoas a colaborarem com o CLASMC na sua elaboração e para promover uma cada vez maior utilização do SI no planeamento das actividades das Instituições parceiras do CLASMC.

Tal como em instrumentos de planeamento anteriores os utilizadores dispõem, no início do documento do índice geral, de tabelas, de quadros e de siglas.

ÍNDICE

	Pág.
Introdução -----	9
Metodologia -----	11
1ª PARTE	
Território -----	15
Território/Ambiente -----	16
As Pessoas -----	27
Demografia -----	28
Educação e Formação Profissional -----	31
Emprego/ Desemprego -----	41
Acção Social -----	44
Saúde -----	60
Habitação -----	61
As Actividades Económicas -----	64
Actividades Económicas -----	65
Instituições -----	69
As Instituições -----	70
2ª PARTE	
Estudo das Respostas/ Equipamentos sociais -----	73
Necessidades do Concelho a nível de Equipamentos/Respostas Sociais para idosos -----	79
Opções estratégicas para a criação e funcionamento das Respostas Sociais para idosos ----	80
Respostas Sociais por área de intervenção -----	81
Respostas/ Equipamentos Sociais existentes a nível Nacional/ Concelho -----	89
Nomenclaturas e conceitos das Respostas Sociais -----	92

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro n.º 1 – Principais elementos de caracterização do território da Região Norte -----	16
Quadro n.º 2 – Indicadores de caracterização do território da Região Norte “O território” -----	25
Quadro n.º 3 – Principais elementos de caracterização social da Região Norte -----	28
Quadro n.º 4 – Indicadores de caracterização da Região Norte “As pessoas” -----	29
Quadro n.º 5 – Indicadores de caracterização da Região Norte “As pessoas” -----	40
Quadro n.º 6 – Indicadores de caracterização da Região Norte “As pessoas” -----	43
Quadro n.º 7 – Indicadores de caracterização da Região Norte “As pessoas” -----	59
Quadro n.º 8 – Indicadores de caracterização da Região Norte “As pessoas” -----	61
Quadro n.º 9 – Indicadores de caracterização da actividade agrícola, turística e florestal no Concelho “As actividades económicas” -----	67
Quadro n.º 10 – Principais elementos da rede institucional da Região Norte -----	70
Quadro n.º 11 – Equipamentos/ respostas sociais para idosos no Concelho/ 2009 -----	74
Quadro n.º 12 – Famílias de acolhimento para pessoas idosas e com deficiência no Concelho/ 2009 -----	75
Quadro n.º 13 – Rede de Cuidados Continuados e Paliativos no Distrito/ 2009 -----	76
Quadro n.º 14 – Síntese da capacidade das Respostas Sociais no Concelho/ 2009 -----	77
Quadro n.º 15 – Aumento das Respostas Sociais para idosos e pessoa com deficiência no Concelho/ 2009 – 2013 -----	79

GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – N.º de habitantes no Concelho de Macedo de Cavaleiros segundo o sexo ----	29
Gráfico n.º 2 – População residente no Concelho de Macedo de Cavaleiros segundo os grandes grupos etários -----	30
Gráfico n.º 3 – Classificação da população do Concelho de Macedo de Cavaleiros segundo a ocupação -----	30

Introdução

O Sistema de Informação (SI) da Rede Social de Macedo de Cavaleiros tem como **objectivo geral**, colocar ao dispor da comunidade residente neste Concelho um serviço inovador e de qualidade que facilite a actualização, aprofundamento e divulgação permanente de informação relevante para o planeamento, monitorização e avaliação do processo de desenvolvimento socioeconómico e ambiental do concelho.

Concretizando, o SI pretende aumentar e melhorar o conhecimento sobre a realidade concelhia bem como incrementar, de forma eficaz e eficiente, o nível de comunicação intra-parcerias e entre estas e a comunidade local (**objectivo específico**).

Como **resultados esperados**, o Sistema de Informação pretende:

- Incutir um cunho de territorialidade e transversalidade aos processos de desenvolvimento do concelho (por contraposição à perspectiva sectorial);
- Conhecer de forma actualizada e permanente a realidade socioeconómica e ambiental do concelho, bem como as oportunidades e ameaças presentes na sua envolvente;
- Avaliar a relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacte das intervenções (actuais e futuras);
- Estimular a participação da comunidade local no processo de desenvolvimento do território.

Para o efeito, existe um conjunto de **princípios orientadores** que enquadram quer os objectivos quer as actividades subsequentes do Sistema de Informação:

- Participação;
- Co-responsabilização;

Assim, o SI do CLASMC, é disponibilizado em formato digital e excepcionalmente em formato de papel quando solicitado, bem como, o documento onde fica “armazenada” informação de

quatro grandes áreas temáticas, subdivididas em nove subgrupos sendo eles os seguintes: **Território** (Território e Ambiente), **Pessoas** (Demografia, Educação e Formação, Emprego/Desemprego, Acção Social, Saúde e Habitação), **Actividades Económicas** (Agricultura e Turismo Sustentável) e **Instituições** (Associativismo).

Salienta-se ainda, que este novo modelo do SI, integra como apêndice o estudo das “**Respostas/ equipamentos sociais no Concelho, 2009**” o qual pretende, contribuir para promoção e eficácia das respostas sociais, complementado com a informação que se destina a fomentar a qualificação da intervenção social local, nomeadamente com acções de formação formais e informais, através de seminários, workshop e palestras.

Salvaguarda-se ainda, que apesar das dificuldades verificadas na operacionalização do SI, consideramos que era importante **retomá-lo, porque vivemos na época da informação, a qual é fundamental para a vida dos cidadãos e das Entidades que constituem ou não o CLASMC, sendo necessário para sustentar o processo de reflexão, planeamento e de decisão realizado pelo CLASMC.**

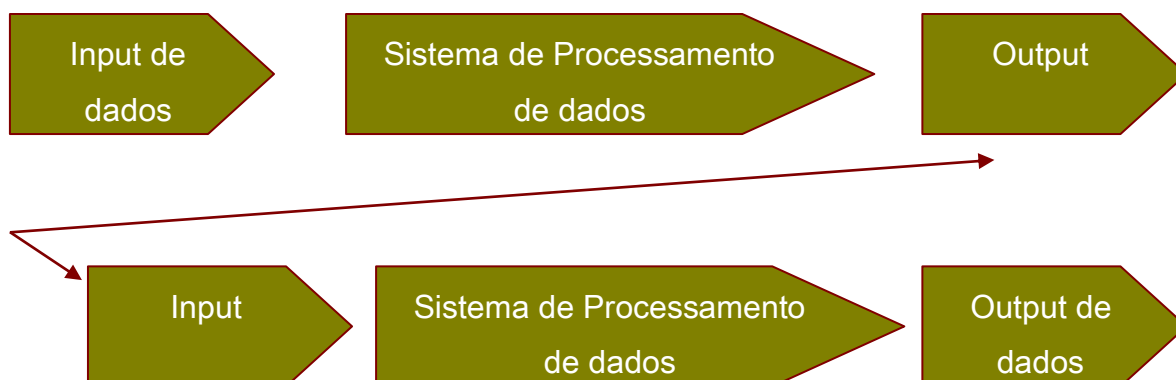
Com base no exposto, em 2009, procedeu-se à reformulação do SI, com vista a torná-lo mais simples e operacional, procurando-se simultaneamente promover uma articulação entre os instrumentos de planeamento locais e nacionais, como por exemplo o PNAI e o Programa Operacional do Norte 2007-2013, com vista a permitir a recolha de indicadores de base local, de modo a alimentar uma base nacional, contribuindo-se para a aferição das metas do PNAI. Para além dos indicadores do PNAI, introduzimos outros indicadores, com o intuito de que os instrumentos de planeamento do CLASMC não percam a originalidade, realismo e especificidade concelhia e permitam uma comparabilidade com a realidade internacional (EU 25) e nacional a vários níveis.

Metodologia

A metodologia do Sistema de Informação visa um planeamento sistemático e integrado do trabalho, **envolvendo todos os parceiros de uma forma contínua**. Esta metodologia implica o faseamento do processo em várias etapas.

Numa primeira etapa, os dados constituem a entrada (input) do sistema e são compostos pelas ocorrências e movimentações detectadas no sistema. Alguns destes dados podem resultar do próprio funcionamento do sistema (realimentação, utilizada muito para controlo).

Numa segunda etapa, proceder-se-á à saída (output) de um sistema de processamento de dados, sendo este sistema, a entrada (input) de dados de um outro sistema, pertencente ao mesmo sistema ou ao exterior.



Os vários fluxos de um componente para outro criam uma estrutura geral que define a forma e a operação do sistema de informação.

O período de recolha da informação foi efectuado no primeiro trimestre do ano de 2010, reportando-se estes dados ao ano de 2009, onde **toda a informação recolhida se reporta a um determinado momento**. A referência a este momento é fundamental para **evitar duplicações ou omissões de contagem, provocadas pela mudança da realidade social**.

Contudo, para se manter relevante e actual a informação recolhida, enquanto “retrato” da realidade concelhia, foi necessário saber acompanhar as constantes mudanças a que essa

realidade está sujeita, detectando novas necessidades, fazendo opções sobre o que, a cada momento importa medir e auscultando todos os pares, o que se, por um lado, contribui para a actualização/actualidade da informação e democracia/participação de todos, por outro, contribui também para a dilatação dos prazos de conclusão.

Esta reestruturação deve-se ao facto de garantir a **pertinência e a qualidade da informação** recolhida em consonância com as transformações ocorridas no concelho desde 2008 por um lado, por outro, dar resposta às novas exigências dos PNAI 2008/2010, alterando-se alguns procedimentos de recolha de informação, sendo designadamente:

1. A construção de uma grelha de recolha de indicadores centrada nos indicadores do PNAI e discutida com todos os pares;
2. A recolha da informação/dados passou a ser responsabilidade do núcleo executivo, solicitando-se apenas às entidades parceiras colaboração/cedência e interpretação da informação recolhida;
3. O período de recolha informação decorre todos os anos, entre Janeiro e Março, reportando-se aos dados do ano anterior;
4. Como já foi referido, **os indicadores do PNAI e do Programa Operacional do Norte 2007-2013, passarão a estruturar o SI 2009 do CLASMC, permitindo uma comparabilidade a nível nacional;**
5. Os indicadores são de âmbito concelhio;
6. O conteúdo inserido no documento é o resultado do equilíbrio entre a informação que se desejaria e a que é efectivamente viável recolher: - cada indicador tem um custo em termos técnicos e operacionais, de sobrecarga dos respondentes e em termos de prazos de difusão.

A estrutura actualmente criada para sustentar o SI do CLASMC decorre do processo de dinamização/consolidação da REDE SOCIAL no Concelho, e da complementaridade existente entre as parcerias e os projectos existentes. Neste âmbito, o Sistema de Informação será

complementado sempre por outros estudos de diagnóstico/instrumentos de planeamento realizados no concelho, como é exemplo:

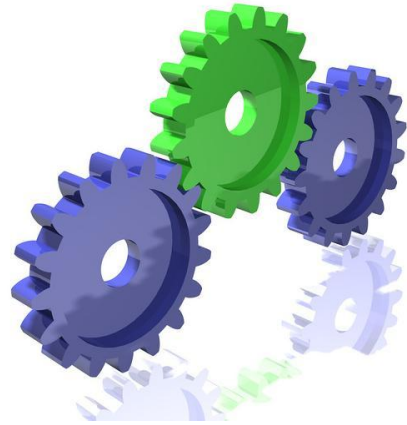
- *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, realizado no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- *Carta Educativa*, realizada no âmbito do Concelho Municipal de Educação;
- *Relatório ECO XXI*, realizado no âmbito do Pelouro do Turismo e Ambiente;

Neste seguimento, a metodologia utilizada para a sua construção foi: - Recolha /Análise Estatística e análise Documental.

Um dos documentos de referência utilizados é o *Programa Operacional Norte 2007-2013*, no qual nos baseamos para construir a sua estrutura organizativa.

Iniciamos a análise de cada uma das temáticas - **o território, as pessoas, as actividades económicas e as instituições** – apresentando um quadro extraído do relatório *Programa Operacional Norte 2007-2013*, o qual sintetiza as principais conclusões relativas às temáticas/ problemáticas da Região Norte, contrapondo-se estas com os dados/medidas operacionalizadas no Concelho e finalizando-se com dados estatísticos relevantes.

1ª PARTE



“Somos seres preocupados em agir, fazer, resolver, providenciar.

Estamos sempre tentando planejar uma coisa, concluir outra,

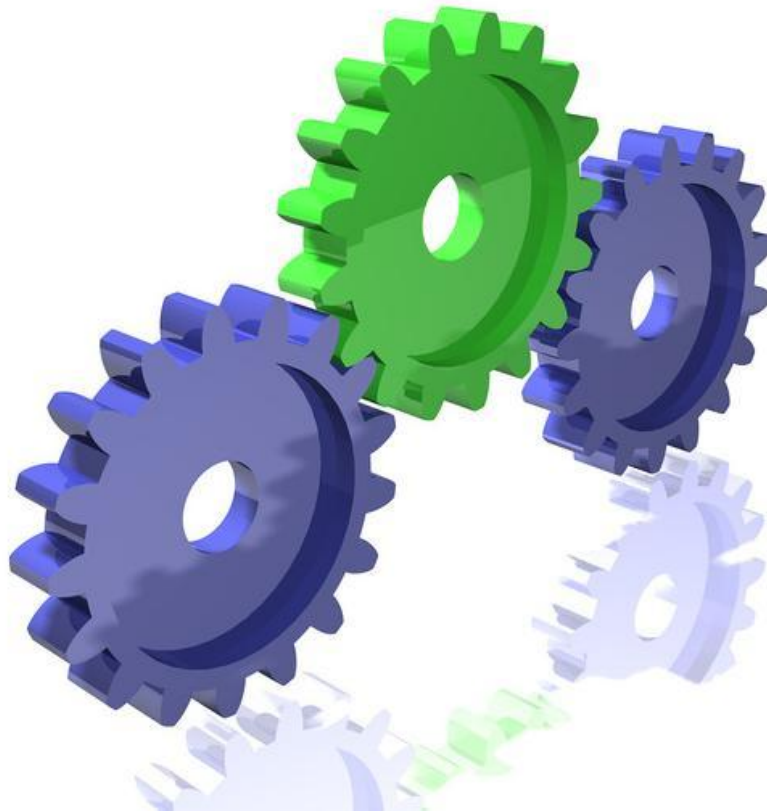
descobrir uma terceira.

Não há nada de errado nisto – afinal de contas,

é assim que construímos e modificamos o mundo. (...)”

Paulo Coelho

TERRITÓRIO



TERRITÓRIO / AMBIENTE

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente à temática em epígrafe, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização do território da Região do Norte.

QUADRO 1

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE

A Região possui uma área de 21.287 Km², a 3ª maior do país e que coloca no 1º quartil das maiores NUTS II da EU 25, e uma densidade populacional 175 habitantes/Km².

A geografia da densidade populacional da Região demonstra uma forte concentração da população no litoral (que regista uma densidade de 365 habitantes/Km²) registando-se um reforço da desertificação no interior (actualmente com 36 habitantes/Km²).

A estrutura urbana da região caracteriza-se por uma clara oposição litoral-interior. No litoral, como centralidades de relevo, para além da área metropolitana, salientam-se Braga e Guimarães, enquanto no interior apenas merecem destaque Chaves, Bragança e Vila Real.

A Região Norte apresenta uma rede de itinerários Principais e Complementares equilibrada, embora estejam ainda por concluir 880Km de estrada face ao previsto no Plano Rodoviário Nacional 2000.

Mais de metade da população da região encontra-se servida pela rede ferroviária, tendo-se concluído nos últimos anos importantes remodelações de infra-estrutura.

A Região detém um dos maiores aeroportos da Península Ibérica, cujo conjunto de trabalhos de expansão já realizados e previstos, permitem garantir um crescimento potencial do tráfego de passageiros.

Apesar da evolução favorável, a região Norte ainda apresenta nove municípios em que apenas 50% ou menos da população residente é servida por sistemas de abastecimento de água. Esta situação é particularmente crítica dado que a maioria destes concelhos apresenta uma elevada densidade populacional.

Cerca de 40% do território da Região está coberto por um estatuto de conservação da natureza e dos seus recursos, sendo este aspecto determinante para a definição de qualquer estratégia regional de desenvolvimento.

O Norte rural apresenta-se como um espaço multinacional, onde três novas tendências se destacam: a complementaridade e substituíbilidade entre agricultura, floresta e turismo rural, a regressão global dos usos agro-florestais e a expansão de incultos.”

EIXO DE INTERVENÇÃO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Promoção da Educação Ambiental/EDS por Iniciativa do Concelho

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Existência de empenho dos municípios em relação à implementação da Agenda 21 local, nomeadamente no que diz respeito a iniciativas de (in)formação e educação ambiental, traduzida na dinamização de estruturas de educação ambiental e na implementação de Projectos de iniciativa do Município.</p>	<p>Dinamização de equipamentos e acções continuadas de educação ambiental/para o desenvolvimento sustentável em cada concelho</p>	<p>O Concelho dispõe de:</p> <p>3 Equipamentos de Educação Ambiental, nomeadamente, o Ecocentro de Macedo de Cavaleiros; a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (inclui Núcleo de Salselas e Percursos Pedestres); e a Ecoteca de Macedo de Cavaleiros.</p> <p>3 Projectos Continuados, nomeadamente, Resíduos com Valor; Biodiversidades; e Alterações Climáticas.</p> <p>4 Actividades de Formação, nomeadamente “Observação de aves na PPAA”, “Curso de identificação de Orquídeas Silvestres”, “Acção de Formação das Brigadas de Carbono”, Jornadas sobre a Conservação de Natureza e Educação Ambiental”.</p> <p>10 Acções de Sensibilização, nomeadamente, Exposição Eco-Códigos; Feira da Caça 2009; Ecoteca vai à Escola; Dia da Ciência; III Mostra de Espantalhos; Semana da Ciência; Dia Verde; Caça ao Lixo; Comemoração do Dia da Floresta; Exposição de Fornos Solares no Macedo Mostra.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Programa Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>O galardão Eco-Escolas atesta a existência na escola de um programa de educação ambiental coerente, com o objectivo de fomentar a educação, formação e consciencialização, consistindo na realização de iniciativas promovidas por autoridades locais em apoio à Agenda 21.</p>	<p>Implementar o Programa Eco-Escolas em todas as escolas de ensino básico do concelho e o Projecto Jovens Repórteres para o Ambiente na maioria das escolas de ensino secundário e profissional do concelho.</p>	<p>Estes dados podem revelar as dinâmicas das escolas na área da educação ambiental e também a adesão a projectos de carácter internacional:</p> <p>Em 2008/2009 foram:</p> <p>10 Eco- Escolas galardoadas.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Implementação da Campanha Bandeira Azul

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>A Campanha Bandeira Azul é uma Campanha da Fee, que premeia as zonas balneares, portos e marinas que cumprem os critérios relativos à Qualidade da Água Balnear; Informação e Educação Ambiental; Gestão Ambiental e Equipamentos. O objectivo é a protecção dos oceanos, mares e zonas costeiras, utilizando e desenvolvendo racionalmente os recursos vivos marinhos.</p>	<p>Totalidade das zonas designadas como balneares, portos e marinas com Bandeira Azul.</p>	<p>Existem no concelho duas Zonas Balneares (ZB):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praia Fluvial da Fraga da Pegada (em 2009, pela sexta vez consecutiva); - Praia Fluvial da Ribeira (Foi galardoada pela primeira vez em 2010) <p>Nota – A Praia Fluvial da Ribeira foi designada em Janeiro de 2009, não se podendo candidatar, no mesmo ano, à bandeira azul.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador procura avaliar a cobertura da rede de abastecimento de água para consumo humano. O objectivo é a protecção da qualidade e do abastecimento de água doce; aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p>95% da população servida por sistemas de abastecimento de água.</p>	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem de população abastecida por água pública, a qual é de 100% - Acções do Município que visam promover a adequação de gestão da rega em jardins e similares, sendo a rega dos jardins públicos feita com água não tratada. - Acções do Município que visam sensibilizar a população para o uso eficiente da água, tendo o Município investido na colocação de outdoors e cartazes. - Colaboração no minuto verde da Rádio Onda Livre, onde se aborda a temática do consumo sustentável. - Utilização do sistema gota-a-gota.

EIXO DE INTERVENÇÃO - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

Ordenamento do Território

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende avaliar algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território, bem como algumas medidas de intervenção do município nesta matéria.</p> <p>O objectivo é apoiar a implementação de uma dinâmica demográfica e sustentabilidade.</p>	<p>Não existem metas estabelecidas, sendo desejável a melhoria gradual da qualidade de vida das populações e o equilíbrio paisagístico.</p>	<p>Existem no concelho duas Zonas Balneares (ZB):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praia Fluvial da Fraga da Pegada (em 2009, pela sexta vez consecutiva); - Praia Fluvial da Ribeira (Foi galardoada pela primeira vez em 2010) <p>Nota – A Praia Fluvial da Ribeira foi designada em Janeiro de 2009, não se podendo candidatar, no mesmo ano, à bandeira azul.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador procura avaliar a cobertura dos sistemas de drenagem de água residuais em termos de população servida e da população efectivamente servida por tratamento de águas residuais. O objectivo é a protecção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p>90% ou mais de população servida com sistema de drenagem e tratamento de águas residuais.</p>	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem da população residente servida por sistemas de drenagem de águas residuais: 93% - Percentagem da população servida por sistemas de tratamento de águas: 96% - Acções de informação e sensibilização ambiental para o uso eficiente da água, as quais têm consistido na distribuição de folhetos acerca do destino correcto a dar aos óleos alimentares usados (Resíduos do Nordeste. - Participação no minuto verde da Rádio Onda Livre onde se referem práticas ambientais que visam facilitar tratamento de efluente. - Apoio aos grupos que aderiram ao Projecto Rios.

EIXO DE INTERVENÇÃO - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

Valorização e Reutilização dos Resíduos Sólidos Urbanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
Quantidade de resíduos que é valorizado através da reciclagem e/ou valorização energética, por tipo de resíduo produzido. O objectivo é o mesmo do indicador anterior.	Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU, para 2005, da legislação nacional e comunitária sobre embalagens e da legislação sobre aterros.	<p>Os indicadores considerados são:</p> <p>A existência de um sistema de valorização dos RSU, em 2007: - Não existia.</p> <p>- % de RSU desviada do aterro: 0%</p> <p>- % de RSB (Resíduos Sólidos Biodegradáveis): 0%</p> <p>Notas - Já se pratica no Ensino Secundário e jardins a técnica da compostagem. Já se realizaram acções de sensibilização para a prática da compostagem quer para escolas, quer para agricultores. Foi assinado em Fevereiro 2009, o contrato de construção da Unidade de Valorização Orgânica dos RSB por Digestão Orgânica no Nordeste Trasmontano, que irá constituir um destino alternativo ao aterro. Estima-se que poderá desviar 10 000 tn/ano do aterro (18%).</p> <p>- A empresa Resíduos do Nordeste estabeleceu um protocolo com a empresa Mirapapel para valorizar os óleos alimentares usados recolhidos nas cantinas das escolas e no Ecocentro.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - RUÍDO

Qualidade do Ambiente Sonoro

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
Este indicador pretende aferir a adopção de medidas conducentes à melhoria da qualidade do ambiente sonoro. O objectivo é lançar dinâmicas demográficas e sustentabilidade; e Protecção e promoção da saúde humana.	O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro determina que na execução da política de ordenamento do território e urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer.	Este indicador não é considerado relevante nesta aferição, face à dimensão da cidade e restantes aglomerados populacionais, bem como às actividades humanas realizadas.

EIXO DE INTERVENÇÃO - ENERGIA

Valorização do Papel da Eficiência Energética

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende analisar as obrigações e competências dos municípios quer enquanto entidades consumidoras de energia e gestora dos seu próprio património, quer enquanto entidades reguladoras das actividades económicas e de construção e/ou exploração dos recursos endógenos do território sobre o qual possuem obrigações e responsabilidades. O objectivo é a modificação dos padrões de consumo; Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; E protecção da atmosfera.</p>	<p>Valorização efectiva do papel da energia na gestão municipal.</p>	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Controlo e desagregação por tipo de utilização final nos seus consumos de energia: Há desagregação de consumos por edifício. - A Implementação de programas de racionalização dos consumos nos edifícios, instalações ou frotas municipais: Estabeleceu-se um objectivo colectivo da Autarquia para a redução de consumos globais pelo menos de 3%, entre os quais se incluiu o consumo energético dos edifícios. Este objectivo é também considerado na avaliação individual dos funcionários. Nas Escolas do Ensino Básico optou-se pela instalação de termoacumuladores eléctricos para aquecimento controlados por programadores bi-horário, reduzindo significativamente os consumos de Energia Eléctrica. - As iniciativas/projectos/programas ou tem alguma política activa de promoção do aproveitamento dos recursos energéticos endógenos (ex. solar, biomassa, geotérmica, biogás, eólica, etc.): Aproveitamento da Energia Eólica através de um gerador Eólico; da Energia Solar através dos painéis solares das Piscinas Municipais. Está em fase de projecto as duas mini-hídricas. - A Participação em projectos de investimento de produção de electricidade a partir de fontes de energias renováveis: Investimentos em projectos de um sistema solar térmico para aquecimento de águas nas piscinas municipais, e também em instalações de aquecimento central a biomassa nas escolas do ensino básico e jardins-de-infância. Parque Eólico de Bornes (24 aerogeradores) e Parque Borninhos (1 aerogerador).

EIXO DE INTERVENÇÃO - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende aferir a intervenção do município no controlo ou erradicação das espécies não indígenas invasoras ou com risco ecológico conhecido.</p> <p>O objectivo é a implementação da Declaração sobre a Biodiversidade Biológica, através da realização de iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.</p>	<p>Diminuir a utilização de espécies não autóctones e controlo e erradicação das espécies invasoras.</p> <p>Divulgação do DL 565/99 e sensibilização acerca dos efeitos nefastos das espécies não indígenas invasoras a nível ambiental, económica e sanitário.</p>	<p>Em 2009, o nº de acções que visam a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, foram 8;</p> <p>Realização de 4 acções que visaram a gestão em áreas da Rede Natura feitas pelo Município, nomeadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Limpeza de caminhos na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA)/ Sítio de Moraes; 2.Patrolhamento e vigilância, com maior enfoque durante os meses mais quentes; 3.Colocação de Sinalética de orientação e interpretação nos trilhos; 4.Repovoamento nas áreas de lazer com floresta autóctone; <p>Realização de 8 acções de divulgação, educação e formação no âmbito da conservação da natureza, destinadas ao público em geral;</p> <p>Sendo:</p> <p>(1) Curso de Formação Observação de aves diurnas e nocturnas; (2) Curso de Identificação e Conservação de Cogumelos Silvestres; (3) Curso de Identificação de Orquídeas; (4) Acções de Sensibilização e informação para a Prevenção da Doença da Tinta e do Cancro do Castanheiro; (5) Seminário - Dia do Agricultor; (6) Jornadas sobre a Conservação de Natureza e Educação Ambiental"; (7) Distribuição de folhetos de sensibilização acerca dos Cuidados a ter na Paisagem Protegida da Natureza, com vista à preservação do espaço e da biodiversidade; (8)- Actividades de Biologia no Verão no âmbito da Ciência Viva 2009 (Habitantes das águas da Albufeira do Azibo, Passeios de olhos postos no chão: Que carnívoros vivem aqui?)</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Áreas Classificadas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Número e superfície ocupada de Áreas Classificadas (inclui Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional Áreas Protegidas; áreas da Rede Natura 2000 – sítios da lista nacional de Sítios, Sítios de Interesse Comunitário e Zonas de Protecção Especial; Áreas Classificadas ao abrigo de acordos internacionais ou do Conselho da Europa.</p> <p>O objectivo é a conservação da natureza e diversidade biológica.</p>	<p>A conservação da diversidade biológica estabelece a meta de designar um sistema de Redes Ecológicas de Áreas Protegidas à escala global até 2010.</p>	<p>A percentagem do concelho com estatuto de área protegida pertencente às Áreas Classificadas é de: 24,4% do concelho é Rede Natura, nomeadamente os Sítios de Montesinho-Nogueira (PTCON0002), Rio Sabor e Maçãs (PTCON00021), Sítio de Morais (PTCON00023) e Romeu (PTCON00043).</p> <p>A Área Protegida do concelho incluída na Rede Nacional de Áreas Protegidas é de: 4 987 ha da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA).</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - TRANSPORTES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Mobilidade Sustentável

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende aferir a existência de estruturas disponíveis facilitadoras de uma mobilidade mais sustentável. O objectivo é a modificação dos padrões de consumo; protecção e promoção da saúde humana; E protecção da atmosfera.</p>	<p>Criação de estruturas e políticas conducentes a uma mobilidade cada vez mais sustentável.</p>	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O nº de ruas com acessibilidade para todos: 163 ruas (colocação de rampas e passadeiras rebaixadas). - Os Km's de ciclo vias: 16 km; - A Existência de transportes públicos colectivos de iniciativa do município ou em parceria com o mesmo: Foi melhorado o transporte colectivo para o Centro Escolar, o que veio diminuir o número de automóveis a realizar os mesmos transportes. Para o mesmo fim contribuiu o autocarro para a praia fluvial da Albufeira do Azibo, durante a época balnear. - A realização de acções de sensibilização para a mobilidade sustentável: Promoção de passeios pedestres e saídas de campo. - A existência de veículos da autarquia com tecnologias alternativas: Não existem.

EIXO DE INTERVENÇÃO - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

Produção e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
Produção de resíduos sólidos urbanos. O objectivo é a gestão ecologicamente racional dos sólidos e questões relacionadas com as águas residuais.	Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos).	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Em 2008: 336 kg/hab/ano ou 0.921 Kg/dia Em 2009: 322 kg/hab/ano ou 0.881 Kg/dia - A Percentagem de RSU recolhidos selectivamente Em 2008 – 6,07% Em 2009 – 6,83% <p>Nota - Aumentaram as recolhas selectivas de todas as categorias (vidro, papel e embalagens), mas sobretudo as embalagens e o papel. A taxa de recolha selectiva de RSU nacional foi de 4,9%, em 2004 (Fonte: INE) e a Distrital, em 2007 foi de 5.99%.</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; ECOTECA de Macedo de Cavaleiros; Resíduos do Nordeste

QUADRO N.º 2
INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE
“O TERRITÓRIO”

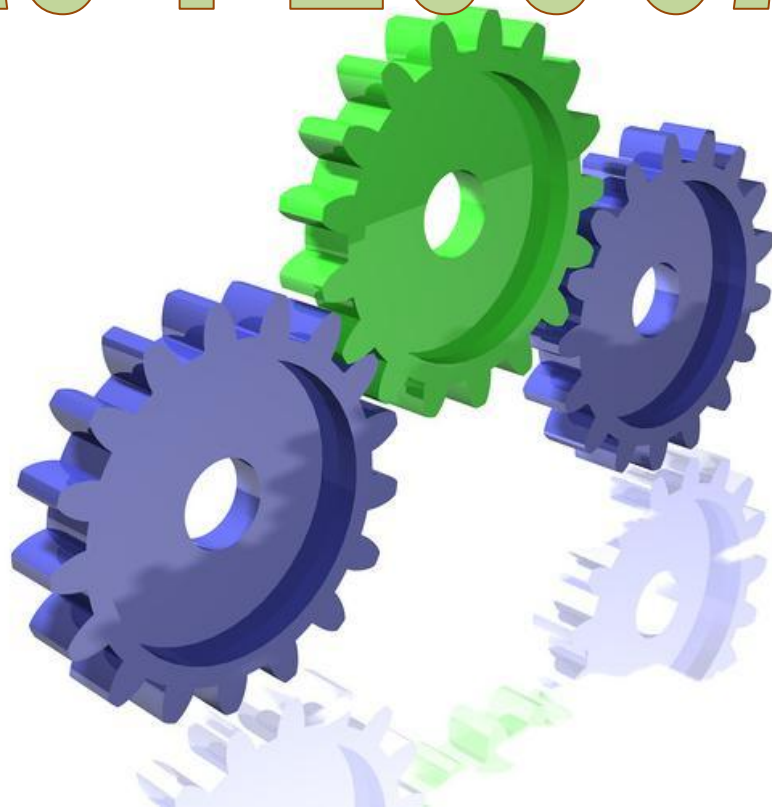
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
Sistema Territorial					
Área, 2009 (Km2)		92.207.4	21.283.9	8.171.6	699.1
População predominantemente urbana/população total, 2001 (%)		68	65.8	26.7	34.9
População predominantemente rural/população total, 2001 (%)		16	10	61.3	65.1
Redes e Sistemas de Transportes					
km de auto-estradas, 2009		2091	452	n.d.	0
Infra-estrutura ferroviária: extensão das linhas em utilização (km), 2009 Total		2841.6	516.7	n.d.	0
Via dupla ou superior		607.1	116.4	n.d.	n.d.
Linha electrificadas		1460.1	174.1	n.d.	n.d.
Acidentes de viação com vítimas, 2009		35484	11789	648	63
Equipamentos Desportivos					
Instalações desportivas artificiais, 2003 (nº) (INE)		10163	3272	311	1
Pavilhão (nº)					2
Piscina coberta (nº)					1
Piscina ao ar livre (nº)					1
Ambiente e Recursos Naturais					
Total da área florestal 2009 (ha)		n.d	n.d	n.d.	34 498
Total de área florestal ardida, 2009 (ha)		129796	46.643	15.865	206.6
Taxa de superfície florestal ardida (%)		n.d	n.d	n.d	0.60
Corporações dos bombeiros (nº)		n.d	n.d	n.d	1
Bombeiros (nº)		n.d	n.d	n.d	146

População servida por sistemas de abastecimento de água, 2009 (%)		92.4	83.1	97.6	100
População servida por sistemas de drenagem de água residuais, 2009 (%)		74.6	61.3	84.6	93
População servida por estação de tratamento água residuais, 2004 (%)		61.7	51.6	61.3	90
Taxa selectiva de resíduos sólidos urbanos, 2004 (%)		4.9	4.9	2.3	6.47
Distribuição da produção de resíduos sólidos urbanos, 2004		4.569.522	1.448.913	77.481	n.d
Energia					
Consumo de energia eléctrica por consumidor, 2008 (milhares de KWh) Total		7731.8	7615.7	3782.2	3653.9
Doméstico		2510.3	2827.2	1775.8	1791.0
Agricultura		6152.2	3213.3	3021.4	4290.3
Industria		153722.5	116658.4	28846.6	17907.2
Consumo doméstico de energia por habitante, 2008 (milhares de KWh)		1265.6	1279.8	1125.2	1117.7
Consumo de combustível automóvel por habitante, 2008 (tep/hab)		0.6	0.5	0.3	0.3
Indicadores de Conforto					
Alojamento segundo a existência das seguintes condições, 2001(%): Água canalizada no interior		97.9	97.4	97.7	n.d.
Instalações fixas banho/duche		93.7	91.8	89.1	n.d
Instalações com telefone 2000		75.5	72.3	n.d	n.d.
Postos telefónicos residenciais por 100 Habitantes, 2005		22.9	19.7	27.4	n.d.
Postos telefónicos públicos por 100 Habitantes, 2005		4.3	3.7	5.7	n.d.

Fonte: Anuário Estatístico 2009

Como se pode verificar pela análise dos dados da intervenção, o concelho apresenta elevados índices de qualidade de vida e de bem-estar para a população. No que concerne ao quadro infra-estrutural básico e respectivos níveis de cobertura assegura uma cobertura de 100%, apresentando igualmente elevadas taxas no que concerne à drenagem e tratamento de águas residuais.

AS PESSOAS



QUADRO N.º 3

PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA REGIÃO NORTE

"Trata-se da Região mais populosa do país. Com cerca de três milhões e setecentos mil habitantes, o que representa 35,4% da população residente em Portugal;

Mesmo à escala europeia, a Região do Norte apresenta uma dimensão demográfica significativa, situando-se na 28ª posição no conjunto da UE25;

Estamos em presença da população mais jovem do Continente, concentrando 38% dos jovens do país:

Esta juventude, como traço dominante da pirâmide etária regional, não esconde, porém uma estrutura bimodal de distribuição territorial da população, com maior concentração dos jovens no litoral, enquanto no interior se registam elevados índices de envelhecimento;

Este traço tende, cada vez mais, a esbater-se dado que a Região, como um todo, começa a reproduzir algumas das tendências pesadas de evolução da demografia a nível nacional (baixa natalidade, fecundidade, etc);

Estamos em presença de uma população com, em média, baixos rendimentos, concretamente, com os mais baixos rendimentos a nível nacional;

Em termos globais, estamos em presença de uma população com baixos níveis de instrução formal, mesmo no contexto nacional (situação que, ainda, mais grave se torna quando sabemos que Portugal, no seu conjunto, apresenta o pior desempenho a este nível na UE25);

Por último, o aumento do desemprego em Portugal tem assumido na Região do Norte os seus contornos mais graves. Neste momento, a Região do Norte apresenta a 2ª maior taxa de desemprego a nível nacional, verificando-se ainda um desemprego muito significativo, sobretudo na Área Metropolitana do Porto (AMP), de jovens diplomados."

O concelho de Macedo de Cavaleiros, situa-se em plena terra fria de Trás-os-Montes, no Distrito de Bragança, estende-se por 699,1 km² e é composto por 38 freguesias e 67 localidades. O território concelhio é maioritariamente rural, desertificado e envelhecido.

Considerando o quadro abaixo apresentado, podemos concluir que esta região sofre de um sério défice de população, fruto, por um lado, do êxodo maciço de população jovem em direcção aos grandes centros populacionais para prosseguirem os seus estudos e onde julgam ter maiores oportunidades de emprego e, por outro lado, da fraca atractividade que o concelho possui, em termos de mercado de trabalho, o que dificulta, em grande escala, a fixação de população em idade activa nesta região.

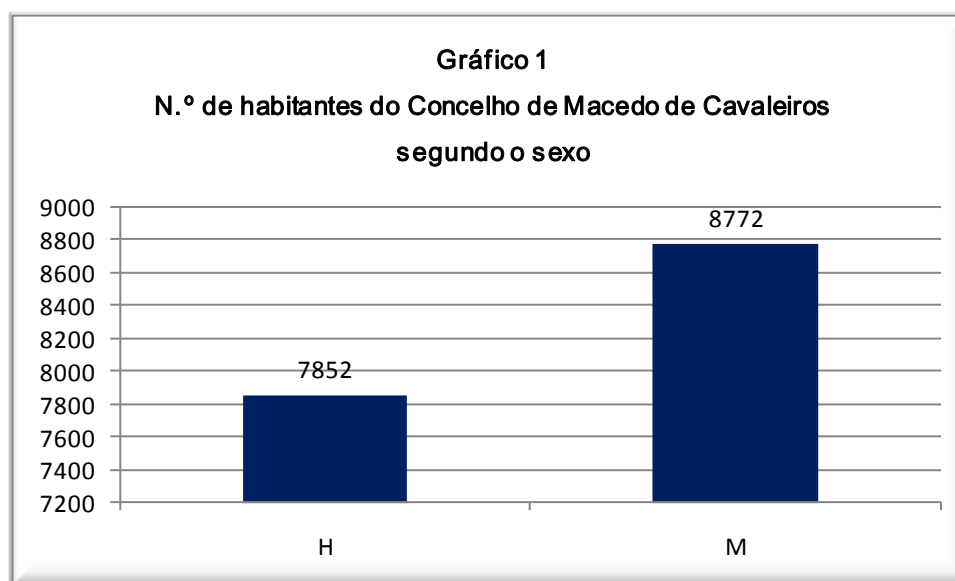
QUADRO N.º 4

INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”

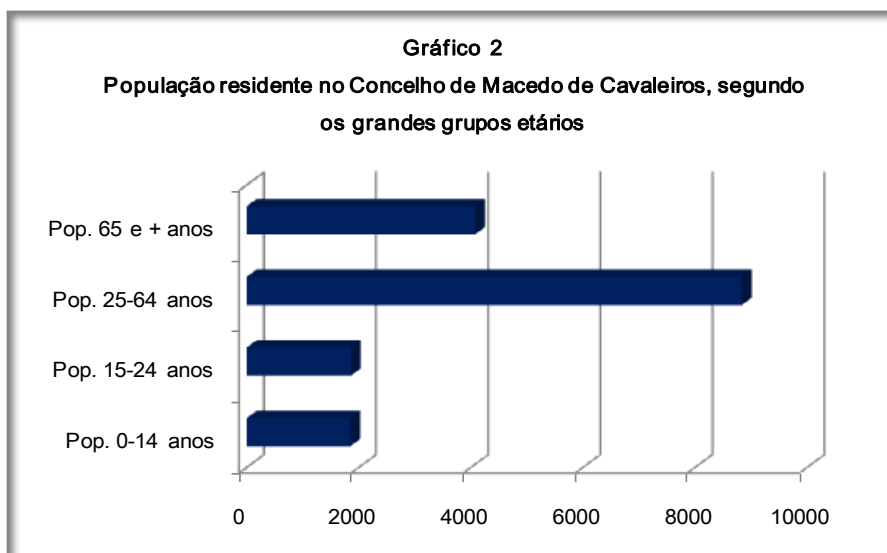
Indicador	U.E 27	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-montes	Macedo de Cavaleiros
DEMOGRAFIA					
População residente, 2009 (milhares)	499.703,3	10.627.250	3 745 575	212.753	16.624
Densidade populacional, 2009 (hab/km ²)	121	115,4	176	26	23,8
Taxa de variação da população, 2009 (%)	1,8	2,1	1,4	-1,8	-4,7
Taxa de Natalidade, 2009 (%)	10,9	9,4	8,7	5,9	5,1
Taxa de Mortalidade, 2009 (%)	9,7	9,8	8,5	12,9	11,9
Índice de envelhecimento, 2009	–	117,6	102,6	222	220,3

Fonte: EUROSTAT/ INE 2009

Dos 16.624 residentes, 53% são do sexo feminino, seguindo-se com 47% do sexo masculino, como se pode observar no gráfico abaixo apresentado.



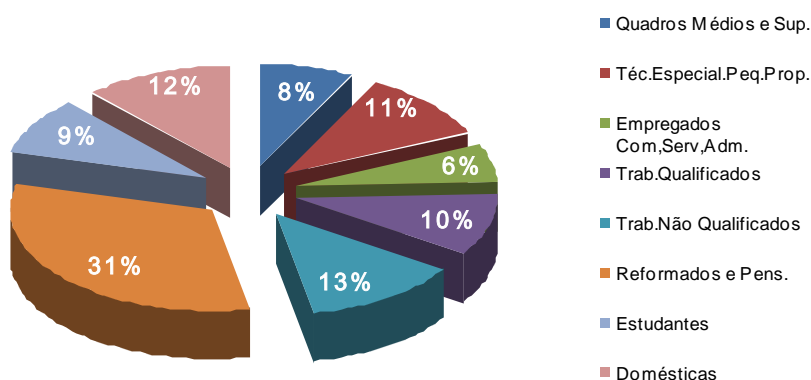
Fonte: INE/ 2009



Fonte: INE/ 2009

Relativamente à distribuição da população por grandes grupos etários, salienta-se o grupo etário correspondido entre os 25 e 64 anos de idade, embora, e como se pode visualizar, o grupo com 65 e +anos de idade, seja correspondente e de maior valor, quando comparado com os 2 grupos entre os 0 e os 24 anos de idade.

Gráfico 3
Classificação da população do Concelho de Macedo de Cavaleiros, segundo a ocupação



Fonte: INE/ 2009

A população concelhia, quanto à ocupação, evidencia-se o grupo dos reformados/pensionistas, com 32%, seguido dos trabalhadores não qualificados (13%) e dos sem ocupação/ domésticas com 12%.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS

Rede de Equipamentos do Pré-escolar (Novo programa para áreas metropolitanas)

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>A Rede de Equipamentos do Pré-escolar visa aumentar o número de vagas do pré-escolar para as crianças dos 3 aos 5 anos, reforçando as condições de igualdade no desenvolvimento sócio-educativo das crianças e para a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das famílias jovens.</p>	<p>Atingir uma cobertura de pelo menos 77% em todo o território continental. Atingir 100% da cobertura para as crianças com 5 anos.</p>	<p>Em 2008/2009, a taxa de cobertura do Pré-escolar é de 100%, sendo de referir que embora não existam equipamentos em todas as freguesias, a Autarquia disponibiliza o transporte para o equipamento mais próximo, funcionando nestes equipamentos, a componente de apoio à família, ao nível do fornecimento do almoço e fazendo o prolongamento das actividades até às 17:30h.</p> <p>Em 2008/2009, a realidade do concelho manteve-se, continuando a taxa de cobertura a ser de 100%.</p> <p>Relativamente à cobertura para as crianças com 5 anos, refere-se que os equipamentos têm capacidade de responder a 100% das solicitações.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS

Escola a Tempo Inteiro (Actividades de Enriquecimento Curricular – 1º CEB)

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Garantir a igualdade de oportunidades no acesso a actividades de enriquecimento curricular e promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.</p>	<p>Responder a 100% das solicitações.</p>	<p>Em 2008/2009, o 1º CEB recebeu 529 alunos, os quais estiveram integrados nas AEC, sendo a taxa de cobertura de 100%;</p> <p>1º e o 2º CEB - EVT 3º e o 4º CEB - Música, Actividade Física e Inglês</p> <p>Todas as turmas funcionaram no horário normal, ou seja, as crianças permanecem na escola todo o dia das 9:15h às 17h, estando as AEC integradas neste horário.</p> <p>No ano lectivo de 2008/2009, o concelho teve em funcionamento 7 escolas do 1º CEB, todas no horário normal.</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2008/2009
Fontes	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Gabinete de Apoio ao Aluno

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Apoiar alunos com vista à prevenção e sinalização de casos problemáticos.	Implementar um gabinete de apoio ao aluno em cada sede de agrupamento de escolas.	Existe um Gabinete de Apoio ao Aluno, onde a Equipa da Saúde Escolar faz o atendimento segundo calendarização que a mesma elabora, nomeadamente ao nível de: - Enfermagem – Psicologia – Nutricionista.

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Percurso Curriculares Alternativos

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Flexibilizar dispositivos de gestão de recursos e currículo em escolas com elevadas taxas de insucesso.	<p>Responder a 100% das solicitações;</p> <p>Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a todos os alunos até aos 15 anos de idade inclusive, com insucesso escolar repetido</p>	<p>No ano lectivo de 2008/2009 esta medida atendeu a solicitação de 20 alunos, dos quais, 20 se matricularam (1 desistiu e 4 foram transferidos)</p> <p>Em 2008/09 houve uma turma a frequentar o Curso de Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) com equivalência ao 2º ciclo do EB.</p> <p>TOTAL: 15 ALUNOS 7 Feminino - 8 Masculino</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Novas oportunidades/ Dinamização da Oferta de Cursos de E.F. Jovens (CEFJ)

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Cursos dirigidos preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade obrigatória ou do ensino secundário. Esta modalidade contribui para promover a diversificação de vias de qualificação, sobretudo ao nível do ensino básico, permitindo, pela sua flexibilidade organizativa, que contempla vários patamares de entrada consoante o nível de escolaridade que o jovem já atingiu, dar resposta aos jovens que estão em risco de abandonar precocemente o sistema de ensino.</p>	<p>Considerando os dados de 2007 – cerca de 41 mil jovens abrangidos em CEF, no ensino básico e 5 mil no secundário – aponta-se para uma média anual de 45/50 mil jovens abrangidos anualmente por esta oferta até 2010, considerando escolas, centros de formação e operadores privados.</p>	<p>CURSOS NOVAS OPORTUNIDADES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - N.º de alunos a frequentar CNO Ensino Básico – 20; - N.º de alunos a frequentar CNO Secundário – 23; - Os Cursos de Educação e Formação Jovens (CEFJ) são uma oportunidade para frequência ou conclusão da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos e, simultaneamente, para preparação da entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. <p>Os CEF integram 4 componentes de formação: sociocultural; científica; tecnológica; prática.</p>

Em 2008/2009

CURSOS / SEXO	F	M
Arte Floral (1º Ano)	14	6
Refrigeração e ar cond. (1º Ano)	0	18
Operador Informático (2º Ano)	1	12
Serralharia Civil (2º Ano)	0	12

CURSOS NOVAS OPORTUNIDADES – CENTRO DE EMPREGO

Ano	Sexo	
	H	M
2007	45	40
2008	33	22
2009	15	

ENSINO PROFISSIONAL – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

DESIGNAÇÃO DO CURSO/SEXO	F	M
Cursos de Informática e gestão	8	12
Cursos de turismo e ambiente rural	8	9
Cursos técnico de gestão	4	7

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Gabinete de Apoio ao Cidadão (GAC) de Morais

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Os Cursos de Aprendizagem são cursos de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens, privilegiando a sua inserção no mercado de trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos, os quais devem reunir, cumulativamente, a idade e habilitações escolares que a seguir se indicam:</p> <ul style="list-style-type: none">- Idade inferior a 25 anos;- 3º CEB ou equivalente; <p style="text-align: center;">ou</p> <ul style="list-style-type: none">- Habilitação superior ao 3º CEB ou equivalente, sem conclusão do ensino secundário ou equivalente. <p style="text-align: center;">□</p>	<p>SECUNDÁRIO – CENTRO DE EMPREGO</p> <p>No ano de 2009, frequentaram 33 indivíduos o ensino secundário através do sistema de aprendizagem - Formação Profissional</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - JOVENS

Sistema de Empréstimo e Alargamento do Âmbito de Atribuição de Bolsas de Estudo

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Concessão de empréstimo a estudantes do Ensino Superior e alargamento do âmbito da atribuição de bolsas de estudo a fundo perdido a estudantes inscritos em cursos de licenciatura e em mestrados.</p>	<p>Apoiar mais de 9000 estudantes do ensino superior, através do sistema de empréstimos com garantia mútua dada pelo Estado, até 2010.</p>	<p>O número de estudantes apoiados foi de:</p> <ul style="list-style-type: none">Em 2006/2007 – 334 alunos;Em 2007/2008 – 349 alunos;Em 2008/2009 – 170 alunos;

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2008/2009
Fontes	Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros; Campus Académico de Macedo de Cavaleiros do Instituto Piaget; IEFP - Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros

EIXO DE INTERVENÇÃO - JOVENS

Novo Regime de Acesso ao Ensino Superior a Maiores de 23 anos

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO																								
<p>Flexibilização do ingresso e acesso ao ensino superior a maiores de 23 anos, alargando a base social dos estudantes deste grau de ensino. (Decreto-Lei 64/2006 de 21 de Março)</p>	<p>Ingresso de cerca de 20 000 alunos no ensino superior, até 2010.</p>	<p>O número de estudantes (maiores de 23) que acederam ao ensino superior, por sexo foi de:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">2006/2007</th> <th rowspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">TOTAL</th> </tr> <tr> <th style="background-color: #003366; color: white;">H</th> <th style="background-color: #003366; color: white;">M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">23</td> <td style="text-align: center;">27</td> <td style="text-align: center; background-color: #003366; color: white;">50</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">2007/2008</th> <th rowspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">TOTAL</th> </tr> <tr> <th style="background-color: #003366; color: white;">H</th> <th style="background-color: #003366; color: white;">M</th> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">12</td> <td style="text-align: center; background-color: #003366; color: white;">15</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">2008/2009</th> <th rowspan="2" style="background-color: #003366; color: white;">Total</th> </tr> <tr> <th style="background-color: #003366; color: white;">H</th> <th style="background-color: #003366; color: white;">M</th> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">7</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center; background-color: #003366; color: white;">13</td> </tr> </tbody> </table>	2006/2007		TOTAL	H	M	23	27	50	2007/2008		TOTAL	H	M	3	12	15	2008/2009		Total	H	M	7	6	13
2006/2007		TOTAL																								
H	M																									
23	27	50																								
2007/2008		TOTAL																								
H	M																									
3	12	15																								
2008/2009		Total																								
H	M																									
7	6	13																								

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Quadro de Docência de Educação Especial

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta medida visa promover a igualdade de oportunidades e a inclusão sócio-educativa de crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter prolongado, através da criação de um quadro de educação especial nas escolas públicas, com três grupos de docência.</p>	<p>De acordo com esta medida, no ano lectivo 2008/2009, estiveram colocados 6 professores e foram abrangidas 42 crianças.</p> <p>O Agrupamento de Escolas (Escola EB 2-3) teve 2 professores/educadores colocados a tempo inteiro ao nível dos apoios educativos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 48 Docentes com tempos lectivos semanais, destinados ao apoio de alunos com dificuldades específicas de aprendizagem, <li style="padding-left: 40px;">- 11 Alunos com tutoria; - Na medida, Currículos Específicos, foram abrangidos 9 alunos (7-Feminino; 2-Masculino).

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Revisão do Sistema de Educação Especial nas Escolas Públicas

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Criação de unidades especializadas em multideficiência e autismo.</p> <p>Alargamento do n.º de professores nas escolas públicas colocados no quadro de educação especial.</p>	<p>Criar 148 unidades especializadas em autismo e 234 unidades especializadas em multideficiência, até 2010.</p> <p>Fixar 2000 novos professores no quadro de educação especial, até 2010.</p>	<p>Ao nível do Agrupamento, em 2008/2009, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário o n.º de alunos apoiados foi de 42.</p> <p>O Agrupamento conta com uma Unidade de Intervenção Especializada (UIE) frequentada por 4 alunos com deficiência(s) profunda(s) e/ou multideficiências. Nela trabalham 2 professores especializados, colocados no grupo de docência 910, ou seja, Educação Especial.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Manuais Escolares Adaptados para Pessoas com Incapacidades/Deficiência Visual

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Produzir manuais escolares adaptados para alunos com limitações sensoriais e de visão.</p>	<p>Responder a 100% das solicitações estimadas em cerca de 12 000.</p>	<p>No ano lectivo de 2008/2009 a Escola Secundária teve 1 manual adaptado para 1 aluno com deficiência visual.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Produção do Livro de Braille e Sonoro

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Produzir livros de Braille e Áudio-livros de colecções bibliográficas nacionais, com vista à valorização educacional, profissional e cultural dos utilizadores deficientes visuais e invisuais.</p>	<p>Disponibilizar anualmente títulos em Braille e áudio-livros de colecções bibliográficas nacionais, até 2010.</p>	<p>Durante o ano lectivo de 2008/2009, no Agrupamento de Escolas foram disponibilizados 2 livros, nomeadamente "Felizmente há Luar" e "Memorial do Convento".</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Formação em Educação Especial

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Docentes e outros técnicos – Formação de docentes e outros técnicos, para aplicação da CIF e do novo enquadramento legal da educação especial e formação especializada em áreas de deficiência específicas. Auxiliares de acção educativa – formação para auxiliares de acção educativa para unidades de apoio especializado.	Formar 3000 professores e outros técnicos (psicólogos e terapeutas), até 2010. Formar 700 auxiliares de acção educativa, até 2010.	Há vários professores/educadores com formação no ensino especial, 6 deles leccionam nessa área específica apenas com crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE). 2 Auxiliares de Acção Educativa receberam formação ministrada pela DREN, no ano lectivo 2008-09.

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2008/2009
Fontes	Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros;

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES

Centro de Reabilitação Profissional

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
O Centro de Reabilitação Profissional é uma valência, promovida pelo Centro N.º S.º de Fátima que presta apoio, com vista à qualificação e à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência que tenham dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, posicionando-se como parceiro estratégico para as entidades empregadoras, famílias e organismos públicos e outros actores sociais.	O Centro de reabilitação acolhe 28 utentes, a partir dos 16 anos de idade. No ano de 2009 promoveu 4 cursos de formação profissional, sendo: - Hotelaria, restauração e turismo (restauração e limpeza) - 8 - Têxtil e vestuário (malhas, bordados e costura) - 6 - Agricultura e pescas (agricultura e jardinagem) - 7 - Outras (lavandaria e limpeza) - 7 Dos 28 utentes, somente 1 concluiu a formação.

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DESVANTAGEM FACE AO MERCADO DE TRABALHO

Iniciativa Novas Oportunidades (Continuação)

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO		
<p>Com esta iniciativa pretende-se acelerar a qualificação dos portugueses, tendo o nível secundário de educação e formação como objectivo de referência para todos, visando superar o profundo défice estrutural do país neste domínio, apostando em dois eixos de intervenção:</p> <p>Promover a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta, através da criação de um sistema efectivo de formação dessa população, que mobilize, adapte e reforce os instrumentos disponíveis, designadamente na perspectiva dos grupos desfavorecidos.</p>	<p>Certificar 152 000 adultos, em 2008 e 650 000 até 2010.</p>	<p>CNO – CENTRO DE EMPREGO</p> <p>Cursos Novas Oportunidades - Ensino Básico/ Secundário</p> <p>Total de Formandos - 51</p> <p>CNO – INSTITUTO PIAGET</p> <p>Nesta medida, em 2008/2009 foram abrangidos</p>		
		Adultos Inscritos	Validação da certificação	
		Nível básico	280	180
		Nível secundário	351	16

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA FAVORECER O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Projectos de Infra-estruturação Tecnológica das Escolas

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta medida consiste em:</p> <p>1) Aquisição de computadores, videoprojectores e quadros interactivos;</p> <p>2) Ligação à Internet de alta velocidade;</p> <p>3) Redes de Área Local.</p>	<p>2008/2010</p> <p>1) Atingir o rácio de 2 alunos por computador ligados à Internet de alta velocidade em 2010 (310 000 computadores);</p> <p>2) Garantir ligações das escolas à Internet a uma velocidade mínima de 48Mbps, até 2010;</p> <p>3) Garantir o acesso à Internet em todas as salas de aula.</p>	<p>A Escola no ano lectivo de 2007/08 dispõe de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 salas de informática cujos computadores estão ligados à Internet (velocidade 4MB); - Todas as EB 1 têm computadores ligados à Internet, embora se espere que esse nº aumente nos próximos anos; - 11 videoprojectores, dos quais 6 são circulantes de acordo com a necessidade de cada sala de aula; - 6 quadros interactivos. <p>Aguarda-se o reequipamento da escola no ano lectivo 2008/09, no âmbito do Plano Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um computador por cada 3 alunos - Internet de alta velocidade - Vídeo vigilância <p>- Um quadro interactivo por cada 3 salas de aula</p> <p>- Um vídeo projector por sala</p>

**EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA FAVORECER O ACESSO ÀS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**

Programas de Generalização do Acesso a Computadores com Ligação à Internet e Banda Larga

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Acesso à aquisição de computadores com acesso à Internet de banda larga, a preços acessíveis:</p> <p>e-professor e-oportunidades e-escola</p> <p>Distribuição de um computador portátil (Magalhães) com acesso à Internet:</p> <p>e-escolinha</p>	<p>2008/2010</p> <p>Abranger 150 000 professores, até 2010.</p> <p>Abranger 200 000 trabalhadores em formação, até 2010.</p> <p>Abranger 500 000 alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, até 2010.</p> <p>Garantir o acesso a 500 000 alunos do 1º ciclo do ensino básico.</p>	<p>e-professor: Acessíveis a todos os docentes em exercício no agrupamento, embora, nem todos optassem por usufruir da medida.</p> <p>e-escola e e-oportunidades: O código foi disponibilizado a todos os alunos, o computador é gratuito para os alunos, mas o acesso à banda larga, durante 36 mensalidades é obrigatória, estando relacionado com o escalão: escalão A e B – 5€/mês e escalão C – 15€ mês.</p> <p>e-escolinha: Foram todos os alunos do 1.º CEB abrangidos – 529. A banda larga é suportada pela família dos alunos.</p> <p>Em todos os casos a opção de adquirir ou não o computador foi do respectivo Encarregado de Educação.</p>

**EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA FAVORECER O ACESSO ÀS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**

Loja Ponto j@ / Espaço Internet / Centro Cultural

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
<p>As Lojas da Juventude são espaços públicos destinados aos jovens que disponibilizam toda a informação de interesse para a juventude. Funcionando numa lógica multicanal assente na oferta de valências como o Portal da Juventude e um Contact Center.</p>	<p>Loja Ponto Já - 4235 utilizadores</p> <p>Espaço Internet - 4764 utilizadores</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2008/2009
Fontes	Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

**EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA FAVORECER O ACESSO ÀS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**

Gabinete de Apoio ao Cidadão (GAC) de Morais

MEDIDA DE POLÍTICA/ RESPOSTA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
O GAC de Morais realiza vários serviços de apoio à população da freguesia, contudo, aqui importa referir que tem um Espaço Internet que funciona desde 19 de Fevereiro de 2007.	<p>Este espaço atendeu/apoiou:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 2007 – 1896 pessoas; - E em 2008 – 2096 pessoas. - E em 2008 – 3200 pessoas

QUADRO N.º 5

INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE

“AS PESSOAS”

Indicador	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
Educação e Formação Profissional				
Número de Alunos, 2008/2009 Pré-escolar	274.628	94.920	4.439	341
Básico	1.283.193	484.167	23.167	1.546
Secundário	498.327	182.596	11.723	707
Taxa de alunos no Superior, 2009 (%)	30.6	27.1	33.9	22
Estabelecimentos de Ensino 2009 Pré-escolar	6981	2553	180	15
Básico	8554	3143	212	7
Secundário	947	313	27	1
Superior, 200/2009	296	101	12	1
Taxa de retenção e desistência, segundo o ciclo de estudo (total), 2008/2009 (%) 1º Ciclo	33%	26.7%	29.5%	36.3%
Cultura				
Publicações Periódicas-Circulação totais, 2009	681.761.965	80.047.367	1.059.628	32.700
Museus, 2009	258	65	11	5
Bibliotecas, 2009	1.960	520	58	1
Cinema 2009	651.325	176.738	2348	68

☞ EMPREGO/ DESEMPREGO

EIXO DE INTERVENÇÃO - MERCADO DE TRABALHO INCLUSIVO

MICROCRÉDITO

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Apoio técnico e financeiro para a criação do auto-emprego, junto de pessoas com dificuldades de inserção no mercado trabalho.	Abranger 5000 projectos	No ano de 2009, em Trás-os-Montes registaram-se os seguintes índices: N.º de pessoas que beneficiam do microcrédito no concelho de Macedo de Cavaleiros; (4 pessoas) N.º de imigrantes que beneficiaram do microcrédito no distrito de Bragança; (2 pessoas)

EIXO DE INTERVENÇÃO - MERCADO DE TRABALHO INCLUSIVO

Programas Ocupacionais

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Visam a ocupação socialmente útil de pessoas desempregadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou formação profissional, garantindo um rendimento de subsistência e proporcionando o contacto com outros trabalhadores e outras actividades, prevenindo o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização.	Abranger 97 000 indivíduos	No ano de 2009 a nível dos Contrato Emprego-inserção/ Contrato Emprego-inserção+, foram abrangidos 513 indivíduos:

EIXO DE INTERVENÇÃO - MERCADO DE TRABALHO INCLUSIVO

Empresas de Inserção

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
As “empresas de inserção” promovidas por pessoas colectivas sem fins lucrativos têm por objectivo a (re)inserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de particular desfavorecimento face ao mercado de trabalho	Abranger 12 984 indivíduos.	Foram abrangidos 80 indivíduos pelo Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA FACILITAR A TRANSIÇÃO DE JOVENS PARA A VIDA ACTIVA - JOVENS

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Programa Estágios Profissionais	
Este Programa visa facilitar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho.	Este programa abrangeu 117 indivíduos;
INOV-JOVEN	
Este programa visa apoiar a realização de estágios profissionais em PME, visando a inserção, nas empresas, de jovens com qualificação de nível superior, complementando a sua qualificação através de uma formação prática em contexto de trabalho.	Este programa abrangeu 20 indivíduos;
Apoios à Criação de Emprego	
As Iniciativas Locais de Emprego visam incentivar e apoiar projectos que dêem lugar à criação de novas entidades, independentemente da respectiva forma jurídica, e que originem a criação líquida de postos de trabalho.	Este programa abrangeu 23 indivíduos;

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA REFORÇAR A INTEGRAÇÃO DE GRUPOS ESPECÍFICOS - PESSOAS COM DEFECIÊNCIA

Redefinição do Programa Informação, Avaliação e Orientação Profissional

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
A redefinição do programa passa por definir um prazo limite para este tipo de processo. Obriga também à existência de um Plano Pessoal de Emprego. Estas acções são realizadas através de Centros de Recursos criados para esse efeito e existe um valor monetário de referência por cada candidato.	Abranger 8 000 pessoas, até 2010.	O Centro de Reabilitação Profissional, do Centro Nossa Sra. de Fátima ao abrigo desta medida, desenvolveu 4 cursos de formação e abrangeu 28 indivíduos.

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS PARA REFORÇAR A INTEGRAÇÃO DE GRUPOS ESPECÍFICOS

PESSOAS COM DEFECIÊNCIA - AJUDAS TÉCNICAS

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
Esta medida possibilita às pessoas com deficiência o acesso a meios (dispositivos, produtos, equipamentos ou sistemas) que compensem as desvantagens inerentes às suas deficiências, proporcionando-lhes maiores níveis de autonomia pessoal no acesso às oportunidades de formação e emprego. Permite ainda a eliminação de barreiras arquitectónicas no posto de trabalho.	Esta medida abrangeu 3 indivíduos.

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros; Associação Nacional de Direito ao Crédito; Centro Nossa Sra. de Fátima

QUADRO N.º 6 INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE “AS PESSOAS”

Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
Emprego / Desemprego					
População Empregada, 2009 (milhares)	201.943	5.054.1	1.753.7	-	5764
Taxa de Actividade, 2009 (%): Total	64.6	66.3	52.6	-	34.1
Taxa de Desemprego, 2009	-	9.5	11	-	11.8
População activa por Nível de Instrução, 2009 (milhares)	-	5.582.7	1.970.7	-	-
Sem Instrução	-	231.4	89.3	-	-
Básico 1º Ciclo	-	1.388.8	525.1	-	-
Básico 2º Ciclo	-	981.3	434.1	-	-
Básico 3º Ciclo	-	1.187.2	382.6	-	-
Secundário	-	939.4	271.8	-	-
Superior	-	854.7	267.8	-	-

Fonte: Anuário Estatístico/ 2009

Relativamente à caracterização da população quanto ao emprego, podemos verificar, pelo quadro 6, que face a taxa da população empregue (34.1), verifica-se uma taxa de desemprego acentuada (11.8), ou seja 680 desempregados.

☞ ACÇÃO SOCIAL

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Rendimento Social de Inserção (RSI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O Rendimento Social de Inserção (RSI), rege-se pela Lei 13/2003, de 21 de Maio e consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade no âmbito do sistema público de Segurança Social, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.</p>	<p>Abranger 80.000 beneficiários do RSI em acções de formação/qualificação e/ou em mercado de trabalho, até 2010.</p>	<p>Em 2009, 176 agregados familiares beneficiaram do RSI, dos quais 172 assinaram acordos de cooperação e destes 46 pessoas foram encaminhadas para formação, qualificação e apoio técnico.</p> <p>Refira-se ainda que a equipa técnica do RSI encontra-se a prestar acompanhamento a 30 famílias de etnia cigana, com a seguinte distribuição pelo Concelho: 1 família em Amendoeira; 10 famílias em Macedo; 2 famílias em Ferreira; 5 famílias em Podence; 7 famílias em Espadanedo; 1 famílias em Vale de Prados; 1 família em Talhinas, 1 família em Sezulfre, 1 família em Grijó e 1 família nos Cortiços.</p> <p>Ao nível da criação do auto-emprego não há qualquer caso a registar.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Atendimento e Acompanhamento Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Atendimento e Acompanhamento Social é uma resposta social que se dirige a pessoas e famílias residentes no concelho, desenvolvendo-se através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência e também pessoas que se encontrem em dificuldades pontuais.</p>	<p>Em 2009, este serviço encaminhou 46 pessoas para formação, qualificação e apoio técnico.</p> <p>Ao nível da criação do auto-emprego não há qualquer caso a registar.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Reforço da Rede de Emergência Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>Responder às situações de marcada emergência através de dispositivos adequados à natureza dos problemas e através de diversas agências de intervenção local e nacional:</p> <p>1) Protocolo com a CVP Linha Nacional de Emergência Social (LNES) 2) Melhoria da distribuição territorial no apoio alimentar através do PCAAC</p>	<p>1) LNES - Mais de 50% técnicos afectos à LNES e mais 25% de pólos de intervenção através dos núcleos da CVP;</p> <p>2) PCAAC - Aumento de 30 % da rede de instituições.</p>	<p>LNES – N.º de técnicos afectos à LNES face ao n.º existente, 2 (Abrangência Distrital)</p> <p>N.º de Pólos criados pela CVP face ao n.º existente: Apenas o Pólo de Bragança (1) possui protocolo para a Emergência Social, com abrangência distrital.</p> <p>O PCAAC:</p> <p>Em 2009, beneficiou desta medida:</p> <p>- 159 indivíduos/famílias;</p> <p>- 7 IPSS.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Abono Familiar (Pré-Natal)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O Abono de Família Pré-natal e Majoração do Abono de Família para Crianças e Jovens – Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5 de Setembro – é uma prestação atribuída, à mulher grávida, a partir do mês seguinte àquele em que se atinge a 13.ª semana de gestação, sendo concedido mensalmente, até ao mês do nascimento, inclusive.</p> <p>Se o período de gravidez for inferior a 40 semanas, no caso de nascimento prematuro, o abono de família pré-natal é garantido pelo período correspondente a 6 meses, podendo ser acumulado com o abono de família para crianças e jovens devido após o nascimento.</p>	<p>Apoiar pecuniariamente 310.00 mulheres grávidas que atinjam a 13ª semana da gestação, até 2010.</p>	<p>Em 2009, beneficiaram desta medida, 308 indivíduos.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Abono Familiar – Bonificação do abono de família concedido aos titulares inseridos em agregados familiares monoparentais

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
A Bonificação do Abono Familiar visa melhorar o rendimento familiar de agregados monoparentais de particular vulnerabilidade onde se inserem crianças, através da bonificação de abono de família.	Majorar cerca de 20 000 titulares de prestações familiares. Abranger cerca de 12% dos actuais titulares.	Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Abono Familiar – Majoração do abono de família após o nascimento ou integração de uma 2ª criança e seguintes

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
No âmbito do subsistema de protecção familiar, regulamenta a bonificação do abono de família, numa óptica de diferenciação positiva sendo o valor da prestação objecto de majoração percentual.	Majorar cerca de 200.000 titulares de prestações familiares.	Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Abono Familiar – Actualização extraordinária dos montantes do abono de família para crianças e jovens em agregados familiares de menores recursos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Aumento intercalar extraordinário de 25% do abono de família para crianças enquadradas em agregados familiares do 1º e 2º escalões de atribuição dos abonos de família. (Portaria 425/2008 de 16 de Junho)	Abranger 1000.000 de crianças.	Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Subsídio Social na Maternidade, Paternidade e Adopção

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Prestação pecuniária no âmbito do subsistema de solidariedade, destinada a garantir rendimentos substitutivos da ausência ou perda de remuneração de trabalho, em situação de carência económica. (Decreto-Lei n.º 1057/2008 de 25 de Junho)	Abranger 30.500 beneficiários, até 2010.	Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
O Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, visa disponibilizar refeições equilibradas às crianças para corrigir desigualdades.	Garantir que 100% das Escolas do 1º Ciclo ofereçam a todas as crianças uma refeição escolar equilibrada, até 2010.	No ano lectivo 2009 a situação ao nível do fornecimento de refeições manteve-se, prevendo-se corrigir esta situação, atingindo-se uma taxa de 100% no fornecimento de refeições, com a entrada em funcionamento do Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros.

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE
Passes Escolares

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Assegurar as deslocações casa-escola-casa, de transportes públicos, com 50% de desconto. Destina-se a estudantes dos 4 aos 18 anos (inclusive), que não frequentam o ensino superior e não beneficiam de transporte escolar.	Reduzir para metade (50%) o preço do passe escolar dos transportes públicos, para estudantes dos 4 aos 18 anos, em 2008.	Esta medida não se aplica à realidade do concelho, uma vez que não existe uma rede de transportes públicos. Contudo, a Autarquia disponibiliza transporte escolar gratuito a todos os alunos que residem fora da sede do concelho.

**EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E
COMUNIDADE**

Acção Social Escolar

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Cria condições de promoção da igualdade no acesso à educação apoiando com acção social escolar os alunos de todos os níveis de ensino provenientes de famílias com condições socioeconómicas desfavoráveis.	<p>Atingir cerca de 711000 estudantes do ensino básico e secundário, até 2010:</p> <p>- 100% para o 1º escalão do abono de família, 50% para o 2º escalão do abono de família.</p>	No ano lectivo de 2008/2009, a acção social escolar abrangeu 264 alunos (no escalão A e B) ao nível do fornecimento de livros e de refeições.

**EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E
COMUNIDADE**

Voluntariado

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Visa a ocupação socialmente útil de pessoas desocupadas proporcionando o contacto com outras pessoas e outras actividades, prevenindo o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização, através de um regime de voluntariado.	Abranger 25000 pessoas.	Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	CM de Macedo de Cavaleiros e CDSS Bragança

EIXO DE INTERVENÇÃO -PROJECTOS E PROGRAMAS DE ENFOQUE TERRITORIAL DIRIGIDOS A GRUPOS E TERRITÓRIOS EM RISCO E/OU SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO

Projecto TRAMPOLIM

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento – PROGRIDE, criado pela Portaria 730/2004, visa, nomeadamente através da Medida 1, agir sobre a pobreza e exclusão social de pessoas e do território, assente numa metodologia que privilegia a participação dos actores locais e a congregação das várias sinergias locais.	Desenvolver 73 projectos até 2008.	O Projecto Trampolim foi implementado a 1 de Setembro de 2005, com a duração prevista de 48 meses, sendo este prorrogado por mais 12 meses, resultando assim num total de 60 meses. Desenvolve actividades enquadradas nas 4 áreas de intervenção previstas nos n.º 6 e 7 do art.º 4, do Despacho n.º 25/2005, de 3 de Janeiro, das quais resultaram 9 acções centrais, desenvolvendo diversas actividades complementares.

ACÇÕES	ÁREA DE ACTIVIDADE PRINCIPAL	N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS
Implementação de Iniciativas Passo a Passo.	Promoção do voluntariado e cidadania.	820
EDAI	Apoio/Acompanhamento a famílias	191
Criação de Oficinas de Saberes.	Promoção da identidade e das dinâmicas sociais e culturais locais.	1043
CEPI	Observatório social/investigação sistemática	17449
Criação de Pólos de Apoio Comunitário.	Criação de serviços de proximidade; promoção de dinâmicas nos equipamentos sociais locais.	668
Realização de Iniciativas de âmbito formativo e informativo para líderes.	(In) formação para líderes locais.	84
Realização de Acções de Educação/Formação.	Apoio à divulgação/realização de actividades de carácter (in) formativo.	1533
Criação do Espaço Iniciativa.	Apoio às associações e iniciativas locais de carácter colectivo.	102
Realização de Mostras de Iniciativas (G)Local.	Divulgação de boas práticas.	21177

EIXO DE INTERVENÇÃO -PROJECTOS E PROGRAMAS DE ENFOQUE TERRITORIAL DIRIGIDOS A GRUPOS E TERRITÓRIOS EM RISCO E/OU SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO

Rede Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.</p> <p>Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.</p>	<p>No decorrer do ano de 2009 o CLASMC desenvolveu 14 acções, das quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informação 2007/2008; - Preparação do 3º PDS; - 1º Encontro (Des)Envolvimento Local; - Elaboração dos Breves; - Reuniões de Núcleo Executivo Ordinários - Reuniões de Núcleo Executivo Extraordinários; - Reuniões de Plenário Ordinários; - Reuniões de Plenário Extraordinárias; - Elaboração do Estudo dos Equipamentos e Respostas Sociais; - Ficar, Empreender e Construir; - Comprometa-se! Por Macedo; - Programa EcoSolidário; - Projecto Caminhar Caminhando.

EIXO DE INTERVENÇÃO -PROJECTOS E PROGRAMAS DE ENFOQUE TERRITORIAL DIRIGIDOS A GRUPOS E TERRITÓRIOS EM RISCO E/OU SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO

Programa de Respostas Integradas (PRI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas. A sua operacionalização é efectuada com a criação de Programas de Respostas Integradas – PRI em cada território. Entenda-se por PRI uma intervenção que integra respostas interdisciplinares, de acordo com alguns ou todos os eixos (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção). O PORI baseia-se nos princípios da territorialidade, da integração da parceria e da participação que constituem o quadro de orientação estratégica definido pela Organização Internacional do Trabalho para o contexto da luta contra a pobreza e exclusão social.</p>	<p>Em 2008, foram abertos concursos para implementação de programas PRI, para 51 territórios, para colmatar 124 áreas que foram diagnosticadas e que se encontravam a descoberto. Destas pretendia-se distribuir os 4 eixos de intervenção a concurso: Prevenção (52), Redução de Riscos e Minimização de Danos (31), Tratamento (3), Reinserção Social (38).</p>	<p>PRI de Macedo de Cavaleiros:</p> <p>Este Projecto esteve em execução durante dois anos, no período de 01/02/2009 a 31/01/2011, tendo os seguintes eixos:</p> <p>PREVENÇÃO;</p> <p>REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS;</p> <p>REINSERÇÃO;</p>

PROJECTO PRI		Duração	Pop. Abrangida
EIXOS DE INTERVENÇÃO			
PREVENÇÃO	Formação	23 Meses	928
	Actividades Educativas – Culturais/Lúdico - Pedagógicas	24 Meses	829
	Sensibilização/Informação		522
	Treino de Competências		1344
	Campanhas de Prevenção		3731
REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS	Consumidores que têm acesso à educação para o consumo de um menor risco	23 Meses	2517
	Consumidores que têm acesso a material de prevenção de risco ou redução de riscos		10482
	Consumidores adoptarem comportamentos de redução de riscos relativos a hábitos de consumo e práticas sexuais		395
	Informar sobre os efeitos / usos e abuso de drogas frequentadores de espaços de lazer nocturno		8571
	Intervir em situação de crise em contexto de diversão nocturna		14
	Consumidores integrados em programas terapêuticos e estruturas de apoio sócio-sanitárias		324
	Consumidores motivados/encaminhados para estruturas de saúde		93
	Consumidores integrados em estruturas de reinserção		43
	REINSERÇÃO		Acompanhamento Psicossocial / Satisfação das Necessidades Básicas
Mediação Social / Visitas Domiciliárias		78	
Sensibilização/Informação e Mediação Social		35	
Sensibilização/Informação de Empresários		84	
Sensibilização / Informação do Público em Geral		2800	
Consumidores em Processo de reinserção		160	
Famílias/Abrangidas		78	
Técnicos de Educação/Formação		90	
Entidades Empregadoras Abrangidas		104	

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Plano DOM – Desafios, oportunidades e mudanças

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Implementar um plano de qualificação da Rede de Lares de Infância e Juventude.	Celebrar 180 protocolos DOM, para Lares de Infância e Juventude, abrangendo 6000 crianças e jovens e suas famílias; Avaliar 100% da rede de lares e intervir nos lares que necessitam de requalificação, até 2010.	Nº de protocolos celebrados – 1; N.º de crianças abrangidas – 55.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Plano de Intervenção Imediata(PII)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
O Plano de Intervenção Imediata é uma medida de política social que se dirige a crianças e jovens acolhidas em instituições e em famílias de acolhimento, às quais se aplica um instrumento de diagnóstico que permite caracterizar e analisar a evolução dos projectos de vida.	Desinstitucionalizar 25% de crianças e jovens, até 2009	Em 2009, acolheu 55 crianças e jovens, abrangendo um total de 40 agregados. Destas acima referidas, foram desinstitucionalizadas 6 crianças, ou seja, regressaram à família natural, das quais: Autonomização - 2 crianças Adopção - 1 Família Nuclear - 2 Família Alargada - 1

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Parentalidade Positiva (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidos por medidas de promoção e protecção.	Formar e qualificar 500 famílias, até 2010.	Em 2009, realizaram-se 5 acções de formação destinada ao universo das famílias acompanhadas pela CPCJ.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Comissão de Protecção a Crianças e Jovens (CPCJ)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
As CPCJ são instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.	Reforçar, até 2006, as equipas: 128 técnicos a tempo inteiro; 340 professores a tempo parcial. Constituir mais 40 CPCJ, até 2008.	A CPCJ de Macedo de Cavaleiros em 2009, registou: - 65 sinalizações/ 25 processos instaurados; 42 reavaliados; - 39 processos transitaram; - 2 processos foram reabertos; - 40 processos foram arquivados liminarmente; - 33 processos foram arquivados.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Programa de Intervenção com Famílias de Crianças e Jovens Abrangidos por Medidas de Promoção (Lei N.º 147/99, de 01 de Setembro – Protecção de Crianças e Jovens em Risco)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
O Programa de intervenção com Famílias de Crianças e Jovens Abrangidas por Medidas de Protecção, visa formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidas por medidas de promoção e protecção em meio natural de vida.	Em 2009 foram abrangidas 74 famílias por medidas de promoção e protecção, das quais: - 37 pela medida, meio natural de vida, com apoio junto dos progenitores e 8 pela medida apoio junto de outros familiares; - 29 pela medida, acolhimento institucional; Na medida acolhimento familiar não se registam situações, porque não existem Famílias de Acolhimento para Menores no concelho, situação que entendemos ser necessário corrigir.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Apadrinhamento Civil

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Consiste na integração de uma criança ou jovem num ambiente familiar, confiando-os a uma pessoa singular ou uma família que exerçam os poderes e deveres próprios dos pais e com eles estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.	Aprovar a Lei que estabelece o regime jurídico do Apadrinhamento Civil, no primeiro semestre de 2009.	Data de aprovação da lei n.º 103/2009 de 11/09. Aprovado em 27/07/09; N.º de crianças e jovens integrados - 0

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Listas Nacionais de Adopção

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>A Adopção é o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas. Este vínculo constitui-se por sentença judicial proferida em processo que decorre no Tribunal de Família e Menores.</p> <p>Existem dois tipos de adopção plena e restrita.</p> <p>O tempo de espera das famílias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - na selecção de candidatos o tempo máximo de espera é até 6 meses; <ul style="list-style-type: none"> - o tempo de espera dos candidatos seleccionados, até ser enquadrada criança para a adopção, é variável, dependendo, sobretudo, de 2 factores: <ul style="list-style-type: none"> · o nº. de crianças juridicamente adoptáveis, no ano. A idade preferencial, apresentada pelos candidatos, relativamente à criança a adoptar. Candidatos que preferencialmente só aceitem crianças muito pequenas podem ter um tempo de espera de 3, 4 ou mais anos; · Candidatos cuja exigência da idade da criança seja mais flexível, crianças de 6, 7 anos, têm um tempo de espera mais curto, normalmente não ultrapassa um a dois anos, de tempo de espera. Quanto maior for a idade da criança, que os candidatos, porventura, aceitem para adopção, maior vai sendo o tempo de espera; <p>O tempo de espera de crianças em Instituição: Criança com medida judicial decretada para a adopção: 1 mês, é o limite máximo de espera, na instituição, até ser integrada numa família adoptiva. Excepção a esta regra, são as crianças mais velhas, quando a nível Distrital ou Nacional os serviços de adopção não têm candidatos seleccionados, que aceitem essas crianças para adopção. Nestes casos, à semelhança do que referimos para as famílias, quanto maior for a idade da criança, maior é também o tempo de espera na Instituição.</p>	<p>Em 2009, Os resultados foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - N.º de adopções concretizadas: 2; - N.º de Crianças em Situação de Adoptabilidade: 2; - N.º de Candidatos Seleccionados: 5; <p>Após aplicação de medida para a adopção: média 15 dias.</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Centro Social Nª Sª de Fátima; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e CDSS de Bragança

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS IDOSAS - Complemento Solidário para Idosos (CSI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O CSI é uma prestação do subsistema de solidariedade do sistema público da Segurança Social para pensionistas com idade igual ou superior a 70 anos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.</p>	<p>Abranger todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e com rendimentos inferiores a 4800euros/ano com:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) complemento de rendimentos, ii) apoio para compra de medicamentos, iii) apoio à aquisição de próteses dentárias e, iv) apoio na aquisição de óculos e lentes. 	<p>No ano de 2009 tivemos 6961 pessoas idosas, requerentes no concelho.</p> <p>O montante médio do CSI foi de: - 1072,04€, em 2009.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA - Novo Sistema de Pensões e Prestações Familiares na Eventualidade de Deficiência

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>Esta medida visa reformular o actual sistema de prestações familiares na área da deficiência com vista à:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adequação das reais necessidades dos destinatários; Aplicação do princípio de diferenciação positiva; Prevenção de situações de pobreza e de exclusão social; Eficácia do sistema. <p>A atribuição da prestação tem por base a condição de recursos e grau de deficiência.</p>	<p>Não é possível fornecer dados, pois não há desagregação a nível do Concelho</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA - Sistema Descentralizado de Atribuição e Financiamento de Ajudas Técnicas e Tecnologias de Apoio

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>Este modelo pretende ser mais adequado e integrado para responder às reais necessidades das pessoas com deficiências ou incapacidade em matéria de ajudas técnicas e tecnologias de apoio.</p> <p>Simplificação do processo de prescrição, atribuição e financiamento mediante a existência de uma aplicação informática utilizável nestes três domínios.</p>	<p>Criação da aplicação informática no primeiro semestre, de 2008.</p>	<p>No ano de 2009 foram apoiados os seguintes pedidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Colchão anti-escaras - 1; Cadeira de rodas - 4; Camas articuladas - 2; Fraldas - 108; Sondas - 1; Meias elásticas - 3; Sacos colectores - 1; Andarilho - 1; Roupa de cama - 1; Cadeira de banho - 1; Pega pendural - 1.

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	SCMMC; CS Paroquial de Talhas; CS Paroquial de Morais; CS Paroquial de Carrapatos; CS Paroquial de Grijó; Centro Social N ^a S ^a de Fátima; Lar de Santa Marinha; CDSS de Bragança

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica é uma medida que assenta num protocolo entre o Governo Civil e o Centro Distrital de Bragança, a qual visa coordenar as respostas e facilitar o acesso das vítimas de violência doméstica para denúncias ou pedidos de apoio.</p>	<p>O NAVVD de Bragança, atendeu e acompanhou:</p> <p>- Em 2009 – 11 mulheres do concelho.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Núcleo Mulher e Menor (NMUME)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O NMUME é um projecto da Guarda Nacional Republicana, concebido no âmbito da reorganização dos mecanismos de prevenção e investigação criminal encetada a partir de 2002, tendo como referência as problemáticas sociais e criminais que anteriormente não eram sujeitas a um tratamento específico e diferenciado. É uma valência especialmente dedicada à prevenção, acompanhamento e investigação das situações de violência exercida sobre as mulheres, sobre as crianças e sobre outros grupos específicos de vítimas.</p>	<p>No ano de 2009, foram atendidas 18 mulheres vítimas de violência doméstica, do concelho.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Casa de Abrigo

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>A Casa de Abrigo é uma valência pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a qual acolhe mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, provenientes de qualquer concelho do Distrito, proporcionando-lhes segurança de modo a que não tenham medo de ser abusadas.</p>	<p>Em 2009 acolheu 11 mulheres, das quais 1 de Macedo de Cavaleiros.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - Centro de Saúde – Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros tem, desde Outubro de 2008, uma equipa multidisciplinar com formação específica para o atendimento das vítimas de violência doméstica e seus familiares, a qual funciona no horário integral do Centro de Saúde.</p>	<p>Esta equipa atendeu, encaminhou e acompanhou, em 2009, os seguintes casos:</p> <p>N.º de atendimentos realizados - 2</p> <p>N.º de encaminhamentos realizados - 1</p> <p>N.º de acompanhamentos efectuados - 9</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	CDSS de Bragança; GNR – Grupo Territorial de Bragança, SC da Misericórdia de Bragança; Centro de Saúde de MC

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

IMIGRANTES - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
O CLAI é um espaço de informação descentralizado que nasceu de uma parceria com a Autarquia de Macedo de Cavaleiro e por ser o único no Distrito dá apoio à população imigrante ao nível do Distrito.	Efectuar 40.000 atendimentos/ano; Promover 150 iniciativas locais para o acolhimento e integração de imigrantes.	Em 2009, realizaram-se 87 atendimentos, dos quais 10 imigrantes eram provenientes de outros concelhos do Distrito.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

TRÁFICO DE SERES HUMANOS - Apoio às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>Apoio e acolhimento qualificado à integração social das vítimas de tráfico.</p> <p>Existe uma interlocutora no Centro Distrital de Bragança, a qual se articula com o Centro de Apoio e Protecção à Vítima de Tráfico e Seus Filhos Menores (o único especializado do país).</p>	<p>Acolher e acompanhar 18 vítimas no Centro de Apoio e Protecção à Vítima de Tráfico e Seus Filhos Menores;</p> <p>Realizar 15 acções de formação, abrangendo 300 agentes de intervenção na área do tráfico de seres humanos, até 2010.</p>	Não há situações a registar no Distrito.

EIXO DE INTERVENÇÃO -REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

MINORIAS ÉTNICAS - Formação para Agentes que Trabalham com Comunidades Ciganas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Formação para Agentes que Trabalham com Comunidades Ciganas	Criar um módulo de formação em 2009; Realizar 20 acções de formação.	Informação não cedida

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	CNAI; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

QUADRO N.º 7

INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”

Indicador	U.E 27	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-montes	Macedo de Cavaleiros
COESÃO SOCIAL					
Taxa de Cobertura 0-14 anos 2009(%)	-	10.3	9	8.6	17.4
Taxa de Cobertura >=65 anos 2009 (%)	-	10.2	7.2	9.1	-
Titulares de Rendimento Social de Inserção, 2009	-	486.184	220.075	7.391	485
Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita, 2009	-	8.7	7.6	-	-
Remuneração Média Mensal, 2009 (€)	-	1.008	877.2	739.1	711.0
Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	-	11.8	11.0	7.2	6.0

Fonte: Anuário Estatístico 2009/ INE

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS DE APOIO A GRUPOS VULNERÁVEIS

Programa Nacional – Promoção da Saúde Oral

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
O acesso às consultas de medicina dentária, por crianças, jovens, grávidas e idosos (com complemento solidário para idosos), faz-se mediante um cheque-dentista personalizado emitido e entregue ao utente pelo Centro de Saúde.	Abranger 80000 jovens/ano. Abranger 50000 grávidas/ano. Abranger 10000 idosos/ano.	Programa Nacional Promoção de Saúde Oral/ 2009: N.º de crianças e jovens/ano abrangidos – 587 N.º de grávidas/ano abrangidas – 60 N.º de idosos/ano abrangidos – 23

EIXO DE INTERVENÇÃO - INICIATIVAS LOCAIS

Voluntariado

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	N.º DE CASOS/ JUSTIFICAÇÃO
O Voluntariado de acordo com o art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, é o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.	A Associação de Voluntários do Hospital de Macedo de Cavaleiros registou os seguintes apoios anuais: Consultas externas: 3240 Fisioterapia: 3918 O Voluntariado do Centro de Saúde, não funcionou em 2009.

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	C. Saúde de MC; Associação de Voluntários do Hospital de MC; Equipas Coordenadoras Locais de Cuidados Continuados; CM de Macedo de Cavaleiros

QUADRO N.º 8

INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”

Indicador	U.E 27	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-montes	Macedo de Cavaleiros
SAÚDE					
Hospitais, 2008	–	189	57	2	0
N.º de Médicos, 2008	–	40.095	13.153	494	31
Taxa de Médicos por 1000 Habitantes, 2009	–	3.8	3.5	2.3	1.9
Taxa de Mortalidade Infantil, 2005-2009	4.7	3.4	3.3	3.4	5.9
Índice de longevidade	–	46.8	46.1	51.2	50.9

Fonte: Anuário Estatístico 2009

☞ HABITAÇÃO

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DO ACESSO E DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS

PORTA 65

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O Programa Porta 65 – Jovem é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens isolados, constituídos em agregados ou em coabitação, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos. As candidaturas só podem ser efectuadas através do acesso ao portal da habitação, em http://www.portaldahabitacao.pt</p> <p>As pessoas podem obter ajuda para efectuar as candidaturas no IPJ em Bragança e na loja ponto ja em Macedo de Cavaleiros Bolsa de Habitação e Mobilidades – Programa destinado a disponibilizar habitação de propriedade pública e privada para arrendamento directo ou mediado, através de um sistema de bolsa de habitações disponíveis.</p>	<p>Apoiar o arrendamento de agregados jovens correspondente a uma percentagem do valor da renda de 10000 agregados/ano.</p> <p>Abranger 500 famílias/ano.</p> <p>Abranger 2500 famílias/ano.</p> <p>Criar 5 redes de habitação colectiva (fase piloto).</p>	<p>No ano de 2009, no que respeita ao número de novas candidaturas aprovadas, foram 6 aprovadas e 7 renovadas.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DO ACESSO E DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS

SOLAR H

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O SOLAR H é um programa de financiamento especial do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que se destina a financiar sob a forma de empréstimo sem juros, obras de conservação e beneficiação.</p>	<p>Dos 15 atendimentos efectuados pela Autarquia foram encaminhados e aprovados 2 processos, sendo que 1 não foi realizado por desistência do peticionário.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS CARÊNCIAS

Rendimento Social de Inserção (RSI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Rendimento Social de Inserção (RSI), rege-se pela Lei 13/2003, de 21 de Maio e consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade no âmbito do sistema público de Segurança Social, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.</p>	<p>Em 2009, dos 176 agregados familiares que beneficiaram do RSI, 51 apresentaram problemas habitacionais, mas apenas a habitação de 22 agregado familiar foi intervencionada.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS CARÊNCIAS

Apoio a Situações de Emergência Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>A Autarquia apoia situações de emergência social apoiando também através desta rubrica a recuperação/beneficiação de habitações degradadas e/ou sem condições de habitabilidade de agregados carenciados.</p>	<p>Dos 54 atendimentos efectuados, no ano de 2009, registaram-se 10 intervenções habitacionais, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 WC; - 1 Pintura de Interiores; - 1 Instalação Eléctrica; - 3 Telhados; - 2 Colocações de portas e janelas.

EIXO DE INTERVENÇÃO - MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS IDOSOS

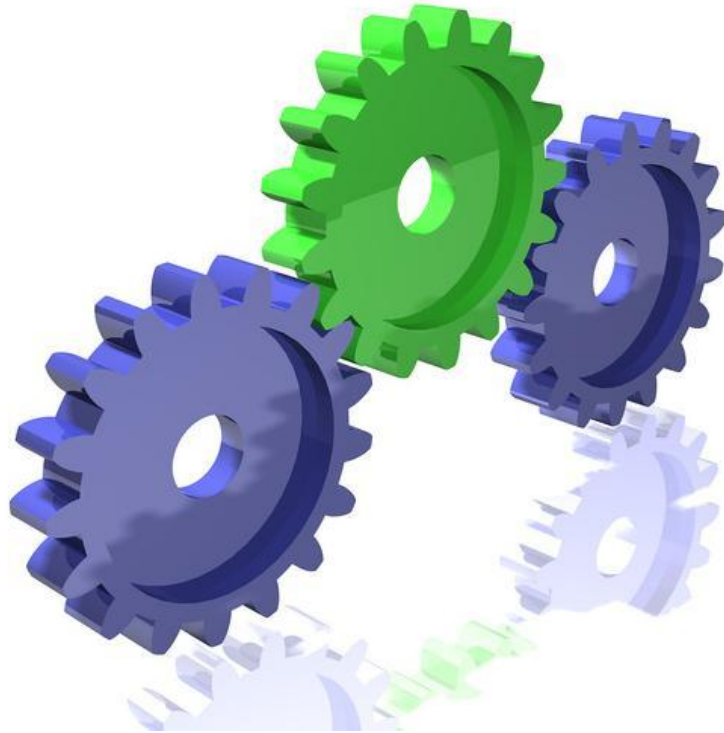
Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>O PCHI é um programa piloto que abrange os distritos de Bragança, Guarda e Beja e visa melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas utentes de apoio domiciliário, prevenindo a institucionalização e situações de dependência.</p>	<p>Efectuar 2000 intervenções até 2010.</p>	<p>De Abril de 2007 a Junho de 2008 foram abrangidas 14 habitações, 25 idosos, tendo-se cumprido o objectivo do programa, não se podendo exceder os 3500€ para materiais ou equipamentos, num montante global de 49.000€.</p> <p>Deste modo, esta medida no ano em análise deixou de ser apoiada.</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, CDSS de Bragança

Actividades Económicas



ACTIVIDADES ECONÓMICAS

EIXO DE INTERVENÇÃO - ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Turismo Sustentável

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Incentivo e promoção de medidas que permitem integrar o turismo como uma actividade sustentável em cada região.</p> <p>O objectivo é:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alteração dos padrões de consumo; - Dinâmica demográfica e sustentabilidade; - Integrar o ambiente e desenvolvimento nas decisões; - Reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável; - Informação para a tomada de decisões. 	<p>Promover o investimento público e privado na preservação e recuperação do património natural e edificado, com vista ao seu aproveitamento do ponto de vista turismo;</p> <p>Incentivar a adopção de boas práticas ambientais por parte do sector empresarial e das entidades públicas;</p> <p>Diversidade da oferta turística e elevação dos níveis de ocupação, como forma de garantir a sustentabilidade do destino no plano económico;</p> <p>Promover a existência de práticas de planeamento da actividade turística ao nível local, assentes numa lógica de sustentabilidade e de monitorização da evolução do destino neste domínio;</p> <p>Promover a divulgação de informação, sensibilização e educação para um desenvolvimento turístico sustentável, utilizando preferencialmente suportes com reduzido impacte ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nº total de dormidas: 17 724 - Taxa de ocupação média por cama: 52% - Iniciativas de apoio ou criação ao desenvolvimento de rotas e percursos turísticos: Colocação de sinalética e elaboração de folhetos promocionais dos percursos pedestres do Azibo. Elaboração de prospectos do roteiro histórico e Arqueológico da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e do Património Religioso; Aprovação em 2008 no âmbito do QREN da candidatura “ Percorra milhões de anos geológicos nos 12878 ha do sítio de Morais”. - Eventos de promoção de cultura e tradição: <ul style="list-style-type: none"> - Entrudo Chocalheiro; - Feira de S. Pedro; - Feira da Caça do Turismo e dos Produtos da Terra; - Feira de Antiguidades e Velharias - Festival Internacional de Música Tradicional; <ul style="list-style-type: none"> - Open Internacional da Asa Delta; - Macedo Mostra (Bienal); - Macedo CoMvida; - Raids todo o terreno; - Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão; <ul style="list-style-type: none"> - Feira da Castanha; - Feira das Cebolas em Chacim; - Festa das Segadas em Morais; - Rural Arcas; - Jornadas Culturais de Balsemão; - Jornadas Culturais das Terras Quentes; <ul style="list-style-type: none"> - Encontro Nacional de BTT; - Encontro das Bandas Filarmónicas; - Encontro Nacional de Grupo Espeologia e Montanhismo de Aveiro. - Sites com informação turística em pelo menos duas línguas: www.azibo.org

EIXO DE INTERVENÇÃO - ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Agricultura Sustentável

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/ JUSTIFICAÇÃO
<p>Entende-se como habitat agrícola semi-natural as áreas onde a actividade tradicional promoveu ao longo do tempo o estabelecimento de relações intra e inter espécies criando situações de equilíbrio no meio biofísico onde se inserem e que permitem desenvolver actividades económicas, sendo hoje a garantia do desenvolvimento e manutenção de vários ecossistemas naturais. Foram identificados os seguintes habitats semi-naturais incluídos no espaço agrícola: Em terra limpa (prados e pastagens permanentes e pousios) e Culturas Permanentes (Amendoal, Souto, Figueiral, Olival).</p> <p>A adesão ao Modo de Produção Biológico constitui um indicador de “resposta” às pressões geradas pela agricultura competitiva. Para aderir ao Modo de Produção Biológico o agricultor enquanto operador tem de se sujeitar a um controlo específico (regulamento de aplicação do modo de produção biológico).</p> <p>O objectivo é fomentar a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável.</p>	<p>Manutenção da agricultura que é base de determinados habitats.</p> <p>Existência de área controlada no Modo de Produção Biológico.</p>	<p>- Nº de Unidades de Agroturismo e Casas de Campo: 11</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Ecoteca de Macedo de Cavaleiros, AGRIARBOL, Turismo

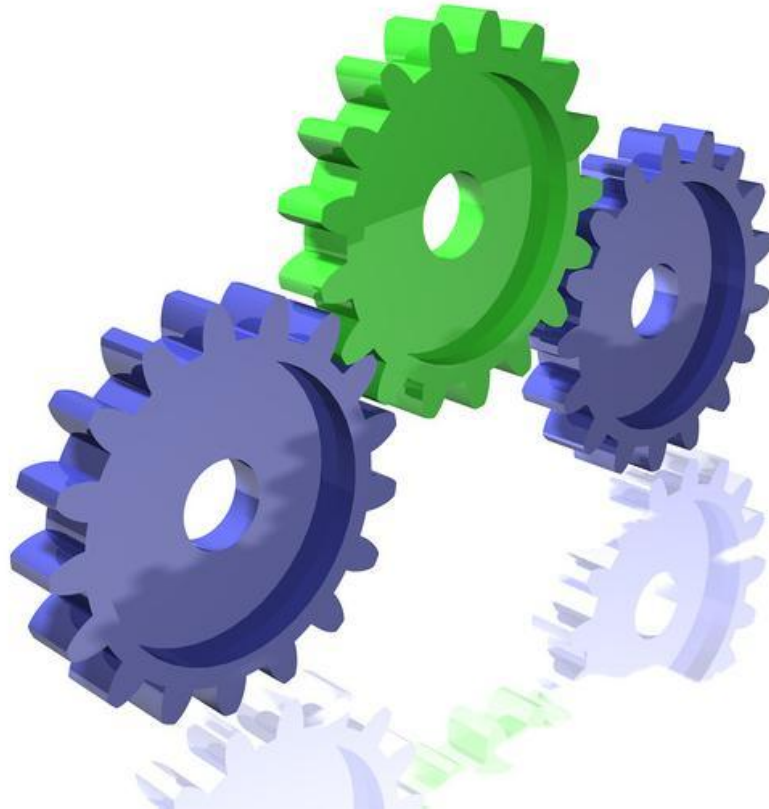
Nesta temática – As Actividades Económicas – apresentamos um quadro que em alguns dos indicadores que consideramos estarem mais adequados à realidade concelhia. Abdicamos da análise comparativa - a nível comunitário, nacional, região norte e Trás-os-Montes, uma vez

que os indicadores que iriam predominar incidiriam em áreas de actividade que não são características deste território.

QUADRO N.º 9				
INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA, TURÍSTICA E FLORESTAL NO CONCELHO – “AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS”				
Indicador	UE25	Portugal	Norte	Trás-os-Montes
Economia				
Produtividade, 2004 (milhares euros)		28,0	22,8	19,5
Índice de Localização do Emprego no sector Industrial, 2005		100,0	129,6	n.d.
Índice de Localização do Emprego no Terciário, 2005		100,0	82,5	n.d.
Índice de Localização do Emprego na Agricultura, 2005		100,0	108,6	n.d.
Exportações com origem no território, 2005 (milhares euros)	24.451.292	29.692.247	13.159.308	n.d.
Importações com destino no território, 2005 (milhares euros)	37.574.257	47.677.604	13.344.154	n.d.
Indicador	Macedo de Cavaleiros			
Explorações (nº e superfície total)	34642			
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	24078			
% de área ocupada em modo de produção biológico	39 %			
Fonte: INE/Anuário Estatístico da Região Norte 2009				
Estadia média de hóspedes estrangeiros (nº de noites)	1,2			
Capacidade de alojamentos por 100 habitantes (nº)	10,2			
Hóspedes por habitantes (nº)	0,2			
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	16,5			
Proporção de dormidas entre Jul./Set. (%)	29,7			
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab.	31,1			
Pensões	1,2			
Outros estabelecimentos	2,1			

Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	16,5
Proporção de dormidas entre Jul./Set. (%)	29,7
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab.	31,1
Pensões	1,2
Outros estabelecimentos	2,1
Pensões	4,8
Outros estabelecimentos	18,6
Hotéis	0
Pensões	3
Outros	1
Estabelecimentos em espaço rural (nº)	11
Pensões	128
Outros	44
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (nº)	5255
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (nº)	3243
Turismo Sustentável:	
total de dormidas (nº)	11 136
Taxa de ocupação média por cama (%)	30
Fonte: INE/Anuário Estatístico da Região Norte 2009	
Empresas (nº)	1399
Empresas segundo o nº de funcionários (dos 0-9)	1374
(dos 10-49)	25

INSTITUIÇÕES



☞ AS INSTITUIÇÕES

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente a esta temática, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização da rede institucional da Região do Norte.

QUADRO N.º 10

PRINCIPAIS ELEMENTOS DA REDE INSTITUCIONAL DA REGIÃO DO NORTE

- “ 1. O Norte, a região nacional com mais habitantes, constitui a 28ª NUTS II com maior dimensão populacional da EU25, registando mesmo uma população superior a 7 Países dessa UE25;
2. O Norte continua a apresentar, de longe, os piores índices regionais no que respeita ao contributo relativo do sector das administrações públicas para o respectivo VAB;
3. A estagnação do processo de desconcentração e descentralização regional, a proliferação de modelos territoriais e a manutenção de graus marginais de articulação intersectorial a nível regional, com implicações muito negativas sobre a eficácia e eficiência das políticas públicas;
4. O municípios da Região Norte apresentam uma superfície e uma dimensão populacional muito superior, em termos médios, às dos seus congéneres europeus e registam um volume de receitas mínimo de 5 milhões de euros, constituindo, assim, organizações com uma dimensão, uma diversidade e uma complexidade de solicitações, cuja gestão requer, cada vez mais, elevados níveis de exigência;
5. A Economia regional com maior peso nas exportações portuguesas e com a fronteira luso-espanhola mais densamente povoada, onde os desafios da cooperação territorial e da promoção externa não podem deixar de constituir elementos chave para a competitividade desta Região. “

EIXO DE INTERVENÇÃO - ASSOCIATIVISMO

CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO CONCELHO

No ano de 2008/2009 registam-se no Concelho de Macedo de Cavaleiros 70 associações, nas mais diversificadas áreas, designadamente: animação, desporto, desenvolvimento local e social, património arqueológico, religioso E ambiental.

Destacam-se as seguintes associações:

- Associação Banda 25 de Março;
- Associação Filarmónica, Recreativa e Cultural do Brinco;
- Associação Grupo de Caretos de Podence *;
- Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros – Rancho Folclórico; Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Salselas – Pauliteiros de Salselas *;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ala – Bombos de Ala *;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vale da Porca – Fanfara de Vale da Porca *;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Bagueixe – Latos de Bagueixe *;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva das Arcas – Toca a Bombar;
- Potrica;
- AJAM – Associação Juvenil dos Artistas Macedenses *;
- Grupo Coral da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;
- Associação de Artesão do Concelho de Macedo de Cavaleiros *;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Bela Vista *;
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 602 *;
- Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros – Associação Terras Quentes *; - -
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Corujas *;
- Associação Recreativa e Cultural do Lombo *;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Mogrão *;
- Associação Cultural e Recreativa de Nogueirinha *;
- Associação Centro Cívico Anjo da Guarda *.
- Associação de Desportos de Combate.

Estas ONG´s realizam, ao longo do ano espectáculos e actuações nas localidades do Concelho, calendarizadas na Agenda Cultural do Município.

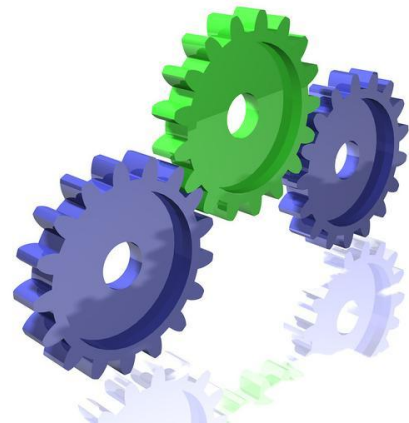
No Concelho, existem 2 associações juvenis: a AJAM (Associação Juvenil dos Artistas Macedenses) ligada à representação/dramatização, e a VIMONT (Associação Juvenil de Melhoramentos de Vilar do Monte) ligada às actividades desportivas e desenvolvimento local.

Muitas das associações promovem intercâmbios entre si, organizando actividades que conduzem à satisfação das necessidades expressas pelos associados no plano anual das actividades, divulgando, animando e dinamizando quer as associações, quer a população.

Para a promoção cultural do Concelho e dinamização das Associações a Câmara Municipal tem apoiado este movimento associativo sobretudo através de subsídio e da cedência de transportes e instalações.

Fonte: Projecto TRAMPOLIM/ 2009

2ª PARTE



Estudo das Respostas/ Equipamentos Sociais

☞ ESTUDOS DAS RESPOSTAS/ EQUIPAMENTOS SOCIAIS

O envelhecimento demográfico e os problemas sociais associados, nomeadamente a dependência e a baixa autonomia das pessoas idosas, são questões recorrentemente discutidas e reflectidas pelo Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros (CLASMC), sendo que o Núcleo Executivo tem sido constantemente chamado a emitir pareceres para a criação de novos equipamentos e respostas sociais para idosos, para os quais se tem apoiado nos instrumentos de planeamento do CLASMC, nas grelhas de critérios aprovadas em plenário e nas orientações técnicas do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P) e no Estudo sobre as respostas/equipamentos sociais para idosos 2009.

O que verificamos é que o problema do envelhecimento demográfico tem estado a agravar-se e o Concelho continua a ter os mesmos equipamentos sociais que tinha à 10 anos, especialmente ao nível da resposta social Lar de Idosos. Ao nível das outras respostas sociais para idosos o Serviço de Apoio Domiciliário continua a ser em número insuficiente, devido à Segurança Social não contratualizar o número necessário de acordos de cooperação que as Entidades necessitam. A única resposta social que tem vindo a aumentar no Concelho são as Famílias de Acolhimento para Idosos e Pessoas com Deficiência.

Esta situação pode ser confirmada pelos dados da CARTA SOCIAL 2008, a qual afirma que o concelho de Macedo de Cavaleiros continua com uma taxa de cobertura insuficiente, ao nível da resposta social Lar de Idosos, sendo o que se encontra em pior situação ao nível do Distrito, como se poderá analisar posteriormente.

Face ao exposto, o Núcleo Executivo do CLASMC, em conjunto com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho, o Centro Distrital de Segurança Social de Bragança – parceiros com conhecimento e responsabilidades assumidas nesta matéria –, colaboraram na actualização deste documento com vista a definir uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentado dos Equipamentos/Respostas Sociais para Idosos e para pessoas com deficiência no Concelho.

QUADRO N.º 11

EQUIPAMENTOS/ RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS NO CONCELHO, EM 2009

EQUIPAMENTOS SOCIAIS	LOCALIDADE/ FREGUESIA (Sede)	NATUREZA JURIDICA	RESPOSTA SOCIAL	CAPACIDADE	ACORDO DE COOPERAÇÃO	N.º DE UTENTES	LISTA DE ESPERA
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	IPSS	Lar de Idosos	83	83	83	273
			CD	35	10	11	10
			SAD*	69	69	79	
	Lombo	IPSS	Lar de Idosos	55	s/acordo de cooperação	-	-
			CD		s/acordo de cooperação	-	
			SAD*	40	s/acordo de cooperação	-	
Centro Social e Paroquial de São Geraldo	Carrapatas	IPSS	CD	30	2	2	
			SAD*	45	33	33	
Centro Social e Paroquial de Grijó	Grijó	IPSS	Lar de Idosos	8	8	13	35
			CD	25	8	8	
			SAD*	10	10	20	
Centro Social e Paroquial de Talhas	Talhas	IPSS	CD	25	20	20	
			SAD*	32	26	40	
Centro Social e Paroquial de Santo André	Morais	IPSS	CD	25	8	8	
			SAD*	15	12	12	
CSP N. S. de Fátima – Centro de Dia de Padre Susano	Lagoa	IPSS	CD	50	20	26	
			SAD*	20	10	13	
CERCIMAC	Macedo de Cavaleiros	IPSS	CAO	20	20	20	10
			Intervenção Precoce	25	25	25	
Lar Santa Marina, Lda.	Arrifana/Vale Prados	Sociedade por Cotas	Lar de Idosos	26	-	23	
			CD**		-		
Vale o Bem Viver – Casa de Repouso	Vale Pradinhos	Sociedade por Cotas	Lar de Idosos	30	1	20	
Casa de Repouso	Macedo de Cavaleiros	Sociedade Unipessoal	Lar de Idosos	33	-	17	
			CD**	4	-	0	

QUADRO N.º 12
FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO CONCELHO/ 2009

INSTITUIÇÃO	ZONA DE INFLUÊNCIA	RESPOSTA SOCIAL	N.º DE FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO		N.º DE PESSOAS ADULTAS INTEGRADAS	NOVAS INSCRIÇÕES PARA FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO
Centro Distrital de Segurança Social / Serviço Local de Segurança Social de Macedo de Cavaleiros	Bragança	Famílias de Acolhimento para Idosos e Pessoas com Deficiência	2	Bornes	28	5
			3	Morais		
			1	Lamalonga		
			1	Olmos		
			3	Macedo de Cavaleiros		
			1	Arcas		
			1	Castelãos		
			1	Vale Benfeito		

Relativamente às famílias de acolhimento em 2008, é de salientar que em 2009 verificou-se uma redução efectiva do n.º de famílias de acolhimento, passando de 16 para 13.

Importa ainda referir que o n.º de pessoas adultas integradas em famílias de acolhimento, teve um decréscimo significativo, passando de 56 em 2008 para 28 em 2009.

Refere-se ainda, que apesar de o número de novas inscrições para família de acolhimento ter aumentado de 3 em 2008 para 5 em 2009, não se verifica a existência de novas famílias de acolhimento.

QUADRO N.º 13
REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS E PALIATIVOS NO DISTRITO/ 2009

ÁREA DE INTERVENÇÃO SOCIAL/ SERVIÇO	EQUIPAS/ UNIDADES	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	N.º DE EQUIPAS POR ÁREA DE INFLUÊNCIA			
SAÚDE Rede Nacional de Cuidados Continuados e Integrados	Equipas de Coordenadoras Locais		4	Bragança, Vinhais		
				Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa		
				Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro e Freixo de Espada-à-Cinta		
				Mirandela, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães		
	ECCI – Equipa de cuidados continuados integrados	Macedo de Cavaleiros	1	Macedo de Cavaleiros		
				N.º DE CAMAS DE MÉDIA DURAÇÃO POR ÁREA DE INFLUÊNCIA		N.º DE CAMAS DE LONGA DURAÇÃO POR ÁREA DE INFLUÊNCIA
	Unidade de Cuidados Continuados	Vila Flor	11	Nacional	18	
		Freixo de Espada-à-Cinta	11	Nacional	28	
		Mogadouro			24	
		Miranda do Douro			21	
Vimioso				20		
ECCI – Equipa de cuidados continuados integrados	Macedo de Cavaleiros	20				

Os dados apresentados nos quadros 10, 11 e 12 caracterizam a actual situação do Concelho em matéria de equipamentos/respostas sociais para idosos e pessoas com deficiência e Rede Nacional de Cuidados Continuados, no Distrito.

Apresentamos de seguida, com base nos quadro acima mencionados a síntese dos dados que importa considerar para este trabalho, realçando-se a capacidade total por tipo de resposta social e respectiva lista de espera em 2009.

QUADRO N.º 14
SÍNTESE DA CAPACIDADE DAS RESPOSTAS SOCIAIS NO CONCELHO,
EM 2009

Tipo de Resposta	Acordos de Cooperação	N.º de utentes	Lista de espera
Lar de idosos	91	96	308
CD	68	75	10
SAD	160	197	-
CAO	20	20	10
Intervenção Precoce	25	25	-
Tipo de resposta	N.º famílias de acolhimento	N.º de utentes	Lista de espera
Famílias de acolhimento para idosos e pessoas com deficiência	13	28	-

Para a construção das tabelas acima ponderamos os acordos de cooperação ao invés da capacidade das respostas sociais, por consideramos que a combinação dos critérios, acordos de cooperação/número de utentes/lista de espera são aqueles que nos dão uma leitura mais aproximada da realidade, relativamente às respostas dadas pelas instituições, bem como, em

termos da sobrelotação das respostas sociais, e da real necessidade dos idosos, ou seja, apresenta a verdadeira dimensão do problema no que se refere à falta de apoio prestado aos idosos do Concelho.

Esta síntese permite-nos perceber que o maior problema do Concelho é ao nível das respostas sociais:

- **Lar de Idosos**, mantendo-se em 2009 a mesma situação que o Concelho apresentava em 2008, em termos de número de camas disponíveis, com a agravante de termos o Lar no Lombo, com 55 camas construído e pronto para entrar em funcionamento, logo que conclua o processo de licenciamento e sejam estabelecidos os acordos de cooperação com o CDSS de Bragança;
- **Serviço de Apoio Domiciliário**, o qual foi reforçado em apenas mais 4 acordos de cooperação havendo pelo menos três instituições que continuam a prestar o SAD a utentes para os quais não têm acordos de cooperação num total efectivo de 27 utentes.

Convém ainda referir que continuam a existir Freguesias no Concelho que continuam sem ter SAD, tais como: Lombo, Peredo, Chacim, Olmos, Vilarinho de Agrochão, Lamalonga, Fornos de Ledra, Vila Nova da Rainha e Argana.

Sendo visível nestas duas respostas sociais a existência de um défice entre a resposta que é prestada pelas Instituições e às necessidades que os idosos apresentam.

É de salientar que há perspectivas de que esta realidade venha a sofrer uma alteração a curto prazo através da abertura/funcionamento de um novo equipamento social e a médio prazo (2

anos) do alargamento da capacidade das respostas sociais existentes, através da entrada em funcionamento do Lar de Idosos do Lombo que apenas espera acordos de cooperação para começar a funcionar e do Lar Residencial da CERCIMAC que está a iniciar o processo de licenciamento e obras, necessitando também de garantir a celebração dos acordos de cooperação para o seu funcionamento.

☞ **NECESSIDADES DO CONCELHO A NÍVEL DE EQUIPAMENTOS/ RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS**

Apresentamos a tabela 12 que ilustra a previsão do aumento da capacidade das respostas sociais para idosos no concelho, a curto e médio prazo, ou seja, entre 2010-2013.

QUADRO N.º 15

AUMENTO DA CAPACIDADE DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONCELHO (2010-2013)

CAPACIDADE DAS RESPOSTAS SOCIAIS				
TIPO DE RESPOSTA	2009 (Efectivo)	2009 (Proposto)	ACRESCIMO (VALORES ABSOLUTOS)	ACRESCIMO %
LAR DE IDOSOS	91	265	174	191
CD	190	225	35	18
SAD	191	276	85	44
CAO	20	30	10	50
Intervenção Precoce	25	25	0	0

De acordo com os dados apresentados no quadro 14, actualizamos as taxas de cobertura do Concelho, em 2009, para as seguintes respostas sociais:

LAR DE IDOSOS 5,3%	$\frac{(\text{n.º total de camas no concelho em 2009}) \times 100}{1959 (\text{n.º de pessoas com 75 e mais anos, no concelho, em 2007})}$
CD 1,9%	$\frac{75 (\text{n.º total de lugares no concelho em 2009}) \times 100}{4048^5 (\text{n.º de pessoas com 65 e mais anos, no concelho, em 2007})}$
SAD 4,9%	$\frac{197 (\text{n.º total de lugares no concelho em 2009}) \times 100}{4048^6 (\text{n.º de pessoas com 65 e mais anos, no concelho, em 2007})}$
CAO 1,3%	$\frac{20 (\text{n.º total de lugares no concelho em 2009}) \times 100}{1518^7 (\text{n.º de pessoas com deficiência com 16 e mais anos, no concelho})}$

☞ OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA OS IDOSOS NO CONCELHO

Através da reflexão gerada em trono da construção deste documento, consensualizamos que é importante apoiar:

- O surgimento de outras respostas sociais (Lar Residencial, o Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, a Unidade de Apoio Integrado, a Unidade Geriatria de Dia, entre outras), as quais sejam complementares das respostas sociais tradicionais para idosos, de forma a diversificar e adequar a oferta às necessidades da população idosos e/ou adulta dependente;
- A implementação de acções que visem fomentar a qualificação dos agentes de intervenção social local, nomeadamente ao nível do planeamento estratégico, no sentido de aumentar a eficácia a qualidade e a sustentabilidade dos serviços e respostas sociais para idosos e pessoas com deficiência no concelho.

☞ RESPOSTAS SOCIAIS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Amas da Segurança Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>As AMAS da Segurança Social são uma resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças, até aos 3 anos que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais, tendo a Segurança Social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p>	<p>No ano de 2009, passamos a ter 4 amas, as quais acolhem 13 crianças de 13 famílias, registando-se 01 nova inscrição de mulheres para serem amas, não havendo crianças em lista de espera.</p> <p>Tem capacidade para receber 16 crianças.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Creches

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
<p>A Creche é um espaço destinado ao cuidado e acompanhamento pedagógico de crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, tendo a Segurança Social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p> <p>A Segurança Social através do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) visa apoiar o alargamento, desenvolvimento e a consolidação da rede de equipamentos sociais, nomeadamente, na criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância e juventude.</p>	<p>Duplicar o número de creches a funcionar com horário superior a 11 horas diárias.</p> <p>Concluir as vagas contratualizadas atingindo a taxa de cobertura de 33%, até 2010.</p>	<p>O concelho tem duas creches pertencentes a duas IPSS – uma o Nuclisol e outra o Centro Social Nª Sª de Fátima.</p> <p>O Nuclisol em 2009 tinha capacidade para 50 crianças, acordos de cooperação para 50 utentes e acolheu 50 crianças, tendo 5 crianças em lista de espera.</p> <p>O Centro Social Nª Sª de Fátima, em 2009 tinha acordo de cooperação para 47 crianças, fazendo o pedido de alargamento para 58, estando em Dezembro de 2009 a aguardar resposta.</p> <p>Em 2009, foi celebrado 1 acordo de cooperação para 1 utentes e acolheu 58 crianças, tendo uma lista de espera de 6 crianças .</p> <p>Estes equipamentos têm uma cobertura concelhia e um horário de funcionamento que vai das 07.30h às 19.15h, de segunda a sexta-feira.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Centro de Actividades de Tempos Livres (CATL)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O CATL é uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, tendo a Segurança social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p>	<p>O concelho tem um equipamento pertencente a uma IPSS – o Nuclisol – o qual teve:</p> <p>Em 2009 capacidade para 40 crianças, acordos de cooperação para 40 utentes e acolheu 60 crianças, tendo registado 7 crianças em lista de espera.</p> <p>Realizaram actividades extra-curriculares (futebol, patinagem, natação, teatro e dança);</p> <p>Apoio ao estudo na realização dos trabalhos de casa;</p> <p>A Autarquia disponibiliza uma Ludoteca - Salta-Pocinhas – com capacidade para 60 crianças, a qual funciona sem acordo de cooperação e acolhe crianças dos 3 aos 6 anos de idade, dos três estabelecimentos de ensino, pré-escolar da cidade, durante o ano lectivo e como prolongamento de horário, para o pré-escolar no período de 7 de Julho a 4 de Setembro. No período de férias escolares acolhe crianças entre 3 e 12 anos de idade, funcionando das 08:45h às 12:30h e das 14h às 19h e no período lectivo funciona das 15.30h às 17.30h;</p> <p>Em 2009, acolheu/ abrangeu 66 crianças;</p> <p>No período de férias de verão, abrangeu em média:</p> <ul style="list-style-type: none">- Julho – 862 crianças;- Agosto – 640 crianças;- Setembro – 384 crianças; <p>A Associação de Pais e Encarregados de Educação de Macedo de Cavaleiros – APEMAC – têm 130 associados, aos quais dão apoio à realização do trabalhos para casa (TPC) e realizam várias actividades de tempos livres, distribuindo-se as 19 crianças/jovens entre os 6 e 17 anos de idade (5 do sexo masculino e 14 do sexo feminino) pelas actividades de: Inglês, Matemática, Português, Dança, Música (viola e violino).</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Escolinha Mágica

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
A Escolinha Mágica é um estabelecimento privado que se localiza na sede do concelho e acolhe crianças dos 04 meses aos 12 anos de idade.	<p>No ano de 2009, recebeu 23 crianças, disponibilizando os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Berçário que acolheu 8 crianças dos 4 meses a 1 ano de idade; - Creche que acolheu 15 crianças de 1 ano aos 3 anos de idade; - Jardim-de-infância, 24 crianças.

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Centro de Estudos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
O Cantinho do Saber é uma instituição privada que se localiza em Macedo de Cavaleiros e destina-se a acolher crianças que frequentam o 1º e o 2º Ciclo do Ensino Básico.	Esta instituição funciona como sala de estudo e ocupação de tempos livres, tendo acolhido 30 crianças entre os 6 e 12 anos de idade.

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS

Apoio ao alargamento do horário das Creches

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS DO PNAI 2008/2010	INDICADORES
Aumento do número de creches a funcionar num horário superior a 11 horas diárias quando exista necessidades expressas de 30% dos pais das crianças.	Duplicar o número de creches que beneficiam deste apoio complementar; Mais de 360 creches até 2010.	N.º de creches com apoio complementar – 2.

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Intervenção Precoce

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social. Resposta de intervenção integrada - Segurança Social / Educação / Saúde.</p> <p>Envolve crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento.</p>	<p>A equipa de intervenção precoce do concelho iniciou a sua actividade em Março de 2006, tendo começado a trabalhar de forma articulada com a CERCIMAC, em Dezembro de 2007.</p> <p>A CERCIMAC, em 2009, acompanhou 25 famílias com crianças deficientes ou em risco de atraso grave no desenvolvimento (12 do sexo feminino e 13 do sexo masculino), as quais se encontram distribuídas por 5 Concelhos, sendo: - Macedo de Cavaleiros (5 crianças), Mirandela (8 crianças), Mogadouro (2 crianças), Bragança (8 crianças) e Carraceda de Ansiães (2 crianças).</p> <p>Esta resposta tem acordos de cooperação para 25 crianças/utentes.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - INFÂNCIA E JUVENTUDE/ CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

Lar de Infância e Juventude

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Lar de Infância e Juventude é uma resposta social, desenvolvida em equipamento social, destinada ao acolhimento de crianças e jovens, em situação de perigo, de ambos os sexos, até aos 18 anos, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.</p>	<p>O Centro Social N.º S.ª de Fátima é promotor do Lar de Infância e Juventude, o qual:</p> <p>Em 2009, tinha capacidade para 72 crianças e jovens, com acordos de cooperação para 62 utentes e 64 crianças e jovens institucionalizadas, das quais acolheu 55 ao longo do ano. Não havendo lista de espera a registar.</p> <p>Refira-se ainda que a sua área de influência geográfica é o Distrito, mas pontualmente também recebe crianças de outros distritos do país.</p>

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	Nuclisol; Centro Social N ^a S ^a de Fátima; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; CDSS de Bragança; Escolinha Mágica; Cantinho do Saber; Associação de Pais e de Encarregados de educação.

POPULAÇÃO ADULTA

META DO PNAI 2008/2010

REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS PARA IDOSOS

Criar através do Programa de Equipamentos Sociais (POPH) 1378 vagas em equipamentos para pessoas idosas, até 2010.

Concluir através do PARES 18060 vagas em Lares para idosos, SAD e Centros de Dia, até 2009.

Requalificar 300 equipamentos, até 2010.

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.</p>	<p>O concelho de Macedo de Cavaleiros dispõe de 6 SAD, promovidos por IPSS's, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> A Santa Casa da Misericórdia e Lombo; O CSP de Carrapatos O CSP de Grijó; O CSP de Talhas. O CSN. Sra. de Fátima – CD de Lagoa O CSP de Morais.

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Centro de Dia

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O CENTRO DE DIA é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.</p>	<p>O concelho dispõe de 8 centros de dia, promovidos por 6 IPSS's, e 2 privados, tais como:</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia – Lar do Lombo; O CSP de Carrapatas O CSP de Grijó O CSP de Talhas. O CSN. Sra. de Fátima – Centro de Dia de Lagoa . O CSP de Morais;</p> <p>Lar Santa Marinha; Casa de Repouso Afonso.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Lar de idosos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O LAR DE IDOSOS é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.</p>	<p>O concelho dispõe de 3 lares de idosos pertencem a duas IPSS's.</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia, tem capacidade e acordo de cooperação para 83 utentes, respondendo a 83 utentes, com uma lista de espera de 273 pessoas; No lombo, tem capacidade para 55 utentes, e devido a falta de acordos de cooperação, funciona como privado.</p> <p>O CSP de Grijó, localiza-se em Grijó, tem capacidade para 8 utentes, tem acordo de cooperação para 8 utentes e responde 13 utentes, com uma lista de espera de 35 pessoas.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Acolhimento familiar para idosos e pessoas com deficiência

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Dependência e/ou Deficiência é uma resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com dependência e/ou deficiência, a partir da idade adulta.</p>	<p>Em 2008, tivemos 13 Famílias de Acolhimento que acolheram 28 Idosos e pessoas adultas com deficiência, não se registando lista de espera.</p> <p>Registou-se 5 novas inscrições para Famílias de Acolhimento.</p>

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Estabelecimentos Privados

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	INDICADORES
<p>O Lar de Santa Marinha é privado, localiza-se em Arrifana - Macedo de Cavaleiros e esta vocacionado para acolher pessoas idosas.</p> <p>O Vale O Bem Viver – Casa de repouso é privado, localiza-se em Vale Pradinho - Macedo de Cavaleiros e esta vocacionado para acolher pessoas idosas.</p> <p>O lar - Casa de Repouso, situa-se em Macedo de Cavaleiros, vocacionada para pessoas idosas.</p>	<p>O concelho dispõe de 3 lares de idosos privados.</p> <p>Santa Marinha - capacidade para 26 idosos e responde a 23 idosos;</p> <p>Vale O Bem Viver – capacidade para 30 idosos, acolhendo 20 utentes;</p> <p>Casa de Repouso – capacidade para 33 idosos e recebe 17 utentes.</p>

☞ PESSOAS ADULTAS E/ OU COM DEFICIÊNCIA ADULTA

META DO PNAI

2008/2010

REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Criar através do Programa de Equipamentos Sociais (POPH) 1400 vagas, em equipamentos para pessoas com deficiência, até 2010.

Concluir 1390 lugares em equipamentos sociais, até 2009, através do PARES.

N.º de candidaturas apresentadas para criação de Equipamentos Sociais, para Pessoas adultas e/ ou com deficiência – 2;

N.º de candidaturas aprovadas – 1.

EIXO DE INTERVENÇÃO - PESSOAS ADULTAS/ PESSOAS IDOSAS

Centro de Actividades Ocupacionais (CAO)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA

INDICADORES

O CAO é uma resposta desenvolvida em equipamento social, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência.

Destina-se a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva e cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respectiva legislação e careçam de apoios específicos.

A Cooperativa de Educação e Reabilitação para Pessoas Inadaptadas (CERCIMAC), localiza-se na sede do concelho e dispõe da valência de CAO desde 2006, procurando contribuir para a valorização pessoal e integração social dos seus utentes.

Em 2009, tinha capacidade para 20 pessoas, teve acordo de cooperação para 20 utentes e acolheu 20 pessoas com deficiência, registando uma lista de espera de 10 pessoas.

A área de abrangência desta resposta social é o concelho, não se registando alargamento do acordo de cooperação.

LEGENDA

Nível de desagregação	Concelho
Ano de recolha	Janeiro/ Março de 2010
Informação relativa ao ano de	2009
Fontes	CDSS de Bragança, CERCIMAC

RESPOSTAS SOCIAIS EQUIPAMENTOS EXISTENTES A NÍVEL NACIONAL/ CONCELHIO

Resposta social	Nacional	Macedo de Cavaleiros
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CRIANÇAS E JOVENS		
AMA	X	X
CRECHE	X	X
ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	X	X
CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	X	X
CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA		
INTERVENÇÃO PRECOCE	X	X
LAR DE APOIO	X	-
TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	X	-
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO		
CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL	X	-
EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	X	-
ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS	X	-
CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO	X	-
LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	X	X
APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO	X	-
POPULAÇÃO ADULTA		
PESSOAS IDOSAS		
SAD	X	X
CENTRO DE CONVÍVIO	X	X
CENTRO DE DIA	X	X
CENTRO DE NOITE	X	-
ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS	X	X
RESIDÊNCIA	X	-
LAR DE IDOSOS	X	X

Resposta social	Nacional	Macedo de Cavaleiros
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA		
CENTRO DE ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	X	-
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	X	-
CAO	X	X
ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	X	-
LAR RESIDENCIAL	X	EM CONSTRUÇÃO
TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	X	-
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA		
SAD	X	-
APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO	X	-
UNIDADE DE APOIO INTEGRADO	X	-
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO		
FÓRUM SÓCIO-OCUPACIONAL	X	-
UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA	X	-
UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA	X	-
UNIDADE DE VIDA APOIADA	X	-
PESSOAS SEM-ABRIGO		
EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO	X	-
ATELIER OCUPACIONAL	X	-

Resposta social	Nacional	Macedo de Cavaleiros
FAMÍLIA E COMUNIDADE		
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL		
ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO SOCIAL	X	X
GRUPO DE AUTO-AJUDA	X	-
CENTRO COMUNITÁRIO	X	-
CENTRO DE FÉRIAS E LAZER	X	-
REFEITÓRIO/ CANTINA SOCIAL	X	-
CENTRO DE APOIO À VIDA	X	-
COMUNIDADE DE INSERÇÃO	X	-
CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO	X	-
AJUDA ALIMENTAR	X	X
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS		
CENTRO DE ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	X	-
SAD	X	-
RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFECTADAS PELO HIV/SIDA	X	-
PESSOAS TOXICODPENDENTES		
EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRECTA	X	-
APARTAMENTO DE REINERÇÃO SOCIAL	X	-
PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		
CENTRO DE ATENDIMENTO	X	-
CASA DE ABRIGO	X	-
GRUPOS FECHADOS DE RESPOSTAS PONTUAIS		
APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS	X	-
APOIO EM REGIME AMBULATORIO	X	-
IMPrensa BRAILLE	X	-
ESCOLA DE CÃES-GUIA	X	-

NOMENCLATURAS E CONCEITOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de actividades específicas e multi actividades.

Objectivos:

- Criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio;
- Proporcionar actividades integradas num projecto de animação sócio-cultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, considerando as características dos grupos e tendo como base o maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação sócio-educativa e a qualidade de vida das crianças;
- Potenciar a interacção e a inclusão social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

Destinatários:

Crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade.

Creche

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

Objectivos:

- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;
- Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar.

Destinatários:

Crianças até aos 3 anos de idade.

Amas

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Objectivos:

- Apoiar as famílias mediante o acolhimento de crianças, providenciando a continuidade dos cuidados a prestar;
- Manter as crianças em condições de segurança;
- Proporcionar, num ambiente familiar, as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Destinatários:

Crianças até aos 3 anos de idade.

Crianças e Jovens com Deficiência

Intervenção Precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.

Objectivos:

- Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento;
- Potenciar a melhoria das interacções familiares;
- Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

Destinatários:

Crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

Objectivos:

- Promover o estudo e a avaliação de famílias em risco psicossocial;
- Prevenir situações de perigo;
- Evitar rupturas que possam levar à institucionalização;
- Assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens;
- Reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar das crianças e jovens através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade;

- Promover a mediação entre a família e os serviços envolvidos para facilitar a comunicação, potenciar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades;
- Contribuir para a autonomia das famílias.

Destinatários:

Crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias.

Centro de Acolhimento Temporário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Objectivos:

- Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respectivos projectos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adequa à situação em estudo;
- Assegurar alojamento temporário;
- Garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas;
- Proporcionar o apoio sócio-educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;
- Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos das crianças e jovens.

Destinatários:

Crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.

Lar de Infância e Juventude

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

Objectivos:

- Assegurar alojamento;

- Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de protecção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.

Destinatários:

Crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

Objectivos:

- Garantir integração em meio familiar adequado, que lhe assegure os cuidados e a atenção que a sua família não lhe pode proporcionar;
- Assegurar alojamento à criança e ao jovem;
- Garantir prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e ao seu desenvolvimento integral;
- Assegurar os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a integração na sua família de origem.

Destinatários:

Crianças e jovens, de ambos os sexos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e protecção assim o determine.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Objectivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações interfamiliares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.

Centro de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.

Objectivos:

- Prevenir a solidão e o isolamento;
- Incentivar a participação e potenciar a inclusão social;
- Fomentar as relações interpessoais e intergeracionais;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.

Destinatários:

Pessoas residentes numa determinada comunidade, prioritariamente com 65 e mais anos.

Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

Objectivos:

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos utentes;
- Contribuir para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento;
- Prestar apoio psicossocial;
- Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;
- Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

Pessoas que necessitem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, prioritariamente pessoas com 65 e mais anos.

Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e / ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

Objectivos:

- Acolher pessoas idosas (no máximo de três), que se encontrem em situação de dependência ou de perda de autonomia, vivam isoladas e sem apoio de natureza sócio-familiar e/ou em situação de insegurança;
- Garantir à pessoa acolhida um ambiente sócio-familiar e afectivo propício à satisfação das suas necessidades e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade;
- Evitar ou retardar o recurso à institucionalização.

Destinatários:

Pessoas com 65 e mais anos.

Lar de Idosos

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ ou de autonomia.

Objectivos:

- Acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitual de vida;
- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência;
- Proporcionar alojamento temporário, como forma de apoio à família;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;
- Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação.

Destinatários:

Pessoas de 65 e mais anos ou de idade inferior em condições excepcionais, a considerar caso a caso.

Pessoas Adultas com Deficiência**Serviço de Apoio Domiciliário**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Objectivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;

- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações interfamiliares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.

Centro de Actividades Ocupacionais

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Objectivos:

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de auto-estima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interacção com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
- Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

Destinatários:

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva;
- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respectiva legislação e careçam de apoios específicos.

Lar Residencial

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Objectivos:

- Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência;
- Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes;
- Promover estratégias de reforço da auto-estima, autonomia pessoal e social dos utentes;
- Privilegiar a interacção com a família e com a comunidade, no sentido da integração social dos utentes.

Destinatários:

- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos;
- Pessoas com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sócio-familiar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.

Pessoas em Situação de Dependência

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

Objectivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial a indivíduos e famílias, de modo a contribuir para seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os indivíduos e famílias na satisfação das necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar as relações interfamiliares;
- Colaborar e/ou assegurar o acesso à prestação de cuidados de saúde;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Prevenir situações de dependência, promovendo a autonomia.

Destinatários:

Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência.

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

Objectivos:

- Assegurar a prestação de cuidados de saúde e apoio social;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- Apoiar os utentes e famílias na satisfação de necessidades básicas e actividades da vida diária;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Desenvolver actividades lúdicas, terapêuticas e ocupacionais;
- Assegurar o apoio aos familiares com pessoas em situação de dependência a seu cargo, incluindo a formação na prestação de cuidados.

Destinatários:

Pessoas em situação de dependência e suas famílias.

Unidade de Apoio Integrado – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Objectivos:

- Criar condições de autonomia às pessoas, de forma a habilitá-las a regressar ao seu domicílio ou ambiente sócio-familiar, ainda que necessitando de apoio domiciliário integrado;
- Proporcionar cuidados de convalescença a doentes crónicos, de reabilitação e formação, centrados na promoção do auto-cuidado e da satisfação das necessidades básicas;

- Assegurar actividades de animação sócio-cultural, ocupacional e actividades de vida diária, envolvendo as famílias e outros prestadores de cuidados informais;
- Contribuir para a prevenção da dependência e promoção da autonomia.

Destinatários:

Pessoas com necessidade de cuidados de saúde continuados e de apoio social, qualquer que seja a sua idade e origem.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

Centro Comunitário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Objectivos:

- Contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania;
- Apoiar as pessoas e famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social;
- Constituir um pólo de animação gerador de dinâmicas locais;
- Fomentar a participação das pessoas, das famílias e dos grupos;
- Dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos;
- Desenvolver actividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade;
- Promover a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis;
- Criar condições para responder às necessidades concretas da população;
- Gerar condições para a mudança.

Destinatários:

Pessoas e famílias de uma determinada área geográfica.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Objectivos:

- Garantir alimentação a população carenciada;
- Promover a auto-estima através da prática de hábitos de higiene;
- Sinalizar/Diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.

Destinatários:

Pessoas/famílias economicamente desfavorecidas.

Centro de Alojamento Temporário – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada

Objectivos:

- Proporcionar alojamento temporário;
- Garantir a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência;
- Apoiar na definição do projecto de vida.

Destinatários:

Pessoas adultas em situação de carência, nomeadamente população flutuante, sem-abrigo e outros grupos em situação de emergência social.

Pessoas Toxicodependentes

Equipa de Intervenção Directa

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno.

Objectivos:

- Fomentar a integração dos toxicod dependentes em processos de recuperação, tratamento e reinserção social;
- Despistar situações de risco;
- Sensibilizar para a mudança de comportamentos e abandono da droga;
- Incentivar a cooperação da família, nomeadamente, através da informação, da motivação, do apoio social, do encaminhamento, no processo de recuperação e de reinserção social da pessoa toxicod dependente;
- Incentivar a cooperação de elementos extra-familiares e da proximidade da pessoa toxicod dependente, através da motivação e da informação no processo de recuperação e reinserção social.

Destinatários:

Pessoas toxicod dependentes e suas famílias.